



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 22
17.ª Sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Portalegre, realizada em 18
de dezembro de 2024.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Lúcia Isabel da Costa Oliveira, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Francisco António Carvão Trindade, Adriano Manuel Alfaface Bailadeira, António José Bagina Alegria, Diogo Rafael Bagina Aragonez, Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, João Luís Soeiro da Graça Pina, Marco António Serra Antunes, Adelino Leitão Trindade, José Cordas Barradas, Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Luís Miguel Candeias Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Raquel Alexandra Reizinho Carita Castelo. -----
Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Nuno Gonçalo Franco Lação, Luís David Trindade de Moreira Testa, Ana Margarida Salgueiro Curinha e João Nuno Cativo Cardoso.-----
Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Isabel Rota Maças Nogueira Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, chefe da Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; Jacinta Isabel Cordeiro da Silva, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; José Manuel Figueiredo Gandum, chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças e Maria Ester Lobato Faria Matos Sequeira, chefe intermédio de 3º Grau da Divisão de Administração Geral e Finanças, Rui Manuel Nunes Pinto, chefe de Divisão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.-----

ABERTURA DA SESSÃO:

=====

O senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas.-----
Para completar a mesa chamou para 2.ª secretária Filipa Barroso Viegas. Foi verificada a existência de quórum.-----

FALTAS JUSTIFICADAS: Não houve faltas a declarar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

AS SUBSTITUIÇÕES:

O membro da Assembleia Municipal Albano António de Sousa Varela e Silva fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Lúcia Isabel da Costa Oliveira, Maria da Conceição Barradas Grilo fez-se substituir por Francisco António Carvão Trindade, Raul Alberto Carrilho Cordeiro fez-se substituir por Diogo Rafael Bagina Aragonez, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns fez-se substituir por João Luís Soeiro da Graça Pina e João Paulo Carreço Brazão fez-se substituir por Adelino Leitão Trindade, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.-----

O membro da Assembleia Municipal Célia Maria da Silva Carreiro fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por António José Bagina Alegria, João Pedro Cachiço Ribeiro Luís fez-se substituir por Maria Gertrudes Ludovino Carvalho e Francisco Correia do Carmo Garcia fez-se substituir por Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.-----

Elencadas as presenças, substituições e representações, doravante os membros da Assembleia Municipal, serão tratados pelos nomes e apelidos para facilitar a inteligibilidade da leitura da presente ata.-----

Assunto não incluído na ordem do dia (ponto 22)

O senhor presidente de mesa propôs a aceitação de um assunto não incluído na ordem do dia, que teria de ser aceite necessariamente por 2/3 dos membros da assembleia, segundo o regimento interno da Assembleia Municipal, nomeadamente o artigo 49.º no seu ponto 3. O ponto assumiria o número 22:

22. Proposta para **atribuição de apoio à Freguesia da Urra** no valor de €190 000,00 para execução das obras de ampliação do cemitério de Urra, aprovada em reunião ordinária da CMP de 16.12.2024;

Foi aprovada a inclusão do ponto número 22 na ordem do dia por unanimidade dos membros da Assembleia Municipal presentes.

Intervenção do público:

Não houve intervenção do público.

Período antes da ordem do dia:

O senhor presidente de mesa deu conhecimento do expediente recebido:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Comunicação da Comissão 13ª - CPLCT XVI da ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, de 10 de dezembro em curso, sobre o assunto '13CPLCT_Processo de desagregação de freguesias_AM Portalegre'.

Destacou o seguinte parágrafo:

“Conforme resulta das conclusões do referido parecer jurídico, cujo conteúdo se remete em anexo, apenas se consideram “abrangidas pelo regime especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021 os processos de desagregação de freguesias cujas deliberações das respetivas assembleias municipais foram tomadas até 21 de dezembro de 2022, independentemente da data de receção na Assembleia da República”.”

Destacou que todos lamentavam o facto porque a vontade popular dos signatários do processo de desagregação de freguesias não prosseguia, sendo também a vontade da Junta de Freguesia, do executivo e da Assembleia Municipal, que votou por unanimidade o processo. Havia diferentes interpretações do prazo e o esclarecimento trouxera, infelizmente, nesse caso a impossibilidade da desagregação da freguesia de Ribeira de Nisa e Carreiras, embora não sendo culpa dos órgãos intervenientes.

Amândio Valente no uso da palavra cumprimentou o senhor presidente e mesa, a senhora presidente de Câmara e vereadores, os membros da assembleia municipal, presidentes de junta de freguesia, público e comunicação social e os portalegrenses, desejou a todos votos de boas festas. De seguida indicou que quando recebeu a comunicação não abriu, porque descansadamente pensava que seria a confirmação do processo de base popular, e recordou a alegria dos habitantes de Carreiras na Assembleia de há dois anos. Perguntou o que correu mal no processo.

O senhor presidente de mesa resumiu que na assembleia de 24 de fevereiro de 2023, quando foi a deliberação da assembleia sobre o assunto, teriam passado dois meses e três dias após o prazo limite. A lei não era clara e houve a pronúncia do parlamento nacional sobre o prazo. Em termos documentais o processo iniciou-se com uma carta de signatários no dia 14 de dezembro de 2022 junto da Junta de freguesia respetiva, houve a reunião de Junta no dia 15 de dezembro, a Assembleia de Freguesia foi realizada no dia 21 de dezembro de 2022, já em cima do limite do prazo. A carta a remeter o processo para a Assembleia Municipal data de dia 27, fora do prazo, a Assembleia Municipal foi dia 28, também fora do prazo, e não se decidiu o assunto porque faltavam documentos, nomeadamente o parecer da Câmara Municipal, e acabou o assunto por ser deliberado na Assembleia seguinte de Fevereiro de 2023. Todos lamentam não ter seguimento a vontade popular, nem a vontade da assembleia municipal de desagregação das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras.

Amândio Valente retomou a palavra e questionou se o senhor presidente de mesa se revia nas declarações da Rádio Portalegre, que referia que 'Luís Romão responsabilizou o grupo de cidadãos pelos atrasos que levaram à reprovação do pedido'.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O senhor presidente de mesa reforçou que claramente não se revia nas declarações.

João Pina cumprimentou todos os presentes, e sem se referir aos méritos da proposta, quis salientar que a Assembleia não apreciou porque o processo entrou tarde, entrou fora de prazo, a data é arbitrária segundo o parecer. Referiu uma notícia em que a senhora presidente disse que se repetiria o processo, para respeitar a vontade da população, é legítimo que assim seja, até porque a Assembleia da República decidiu uma data arbitrária com base num parecer jurídico, possivelmente o processo deveria ter começado mais cedo, mas na altura não se sabia isso. Alertou que, e tendo falado com os serviços da Assembleia da República, que as 124 freguesias, que foram aprovadas, foram um processo expedito, chame-se desburocratizado. Haverá centenas de freguesias que irão submeter no período ordinário a desagregação, mas o processo será mais difícil, mais moroso, mais burocrático e pode levar anos, a diligência nos processos não será a mesma. Contudo a frustração não é só em Portalegre, mas em muitos concelhos que reprovaram, mas há que alertar as populações para não terem ilusões, porque o processo mesmo que submetido novamente não será resolvido em três meses, poderá levar anos. Até às autárquicas não estará e vai haver análise de custo benefício, geográfica e circunstâncias que apertam os critérios, portanto o caminho das pedras será maior e é bom ter essa consciência.

Ricardo Romão no uso da palavra endereçou cumprimentos a todos, e referiu-se a um *e-mail* que enviara em novembro, sobre a publicitação pela Câmara Municipal de Portalegre sobre a redução de taxas do município, a qual recebera uma resposta da senhora presidente de Câmara, mas a pergunta era para o senhor presidente da Assembleia, qual a sua posição sobre a publicitação de taxas, feita pela Câmara Municipal, que originou publicações em cascata nas redes e órgãos de comunicação social. Por um lado confunde-se a população e tira-se à Assembleia a sua competência, não ficaram satisfeitos com a explicação que foi dada pela senhora presidente de Câmara. Não são questões que se peçam desculpa, são questões que não podem acontecer, é uma tremenda falta de respeito pelo órgão Assembleia Municipal, porque é quem delibera e fixa os valores das taxas municipais, que vão ser discutidos na presente reunião e rematou dizendo que é uma conduta inadmissível.

O senhor presidente de mesa indicou que quando foi confrontado com o *e-mail* de 21 de novembro, verificou que teria sido publicado nas redes sociais alguma informação sobre as taxas, concretamente a taxa de IMI, e essas taxas só são presentes na Assembleia na reunião em curso. Informou que remetera expeditamente o *e-mail* à Câmara Municipal de Portalegre, na figura da senhora presidente. Quando recebeu a resposta da senhora presidente de câmara deu conhecimento ao membro Ricardo Romão, sendo que teria havido um lapso de informação que fora corrigido imediatamente, e que não havia intenção de desrespeitar o órgão assembleia municipal, pretendia-se facilitar os processos, à semelhança de outros anos, para que o prazo para submissão do IMI não fosse ultrapassado. Enquanto presidente da assembleia municipal ficou satisfeito com a resposta da senhora presidente, que teria sido um lapso de comunicação, que imediatamente fora corrigido, o que repõe o respeito pelo órgão deliberativo assembleia municipal.

4

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sara Sardinha cumprimentou a mesa, o executivo, os membros da assembleia, técnicos do município, comunicação social e o público, e relativamente aos dois assuntos, que se sobrepuseram no debate, disse que quanto à questão da desagregação das freguesias, a assembleia municipal cumpriu com o que fora pedido e votou-se favoravelmente a vontade da população, a data veio e foi o que sucedeu, mas a assembleia municipal e em particular o grupo municipal do PSD-CDS tem a consciência tranquila, porque fizeram o que competia, dando cumprimento à vontade da população das freguesias em questão. Quanto à questão levantada por Ricardo Romão, admitiu que saiu uma comunicação que tinha um lapso. Todos sabem que as taxas vão à reunião de câmara e são remetidas para a assembleia municipal. A partir do momento em que recebe o *e-mail* da senhora presidente de câmara a assumir o lapso e a explicar que foi um erro de comunicação, o assunto ficou resolvido, e não se sentem desrespeitados, e não devem sentir-se desrespeitados por um erro de comunicação, é triste sentirem-se desrespeitados.

A senhora presidente de câmara cumprimentou o senhor presidente, vereadores, membros da assembleia, e público em geral. O senhor presidente explicara, tratou-se de um lapso, no intuito de divulgar a informação para que as pessoas se apercebessem em tempo para solicitarem os requerimentos de IMI, dado que a assembleia seria só em dezembro, e como já tinha sido aprovado em reunião de câmara, o gabinete de comunicação, como normalmente faz, divulgou essa informação. Como chegou um pedido de esclarecimento, confirmaram e verificou-se que tinha ocorrido um erro, foi sanado esse erro, não houve objetivo de desrespeitar coisa nenhuma, seria lamentável querer fazer política com coisas tão simples, não houve essa intenção. O importante é que, caso seja aprovado na reunião em curso, o IMI passe para a taxa mínima, isso é que importa às pessoas, tratou-se de um lapso, já justificou e mais não pode fazer, não havendo mais nada a acrescentar.

Ricardo Romão retomou a palavra e disse que fora visado, não é triste, é legítimo dizer aquilo que é a verdade, se isso custa a ouvir é outra coisa, 'ser triste' é uma expressão que lamenta, lamentou a resposta, é se calhar o inverso. A formalidade não é um somenos, as taxas que estão a ser discutidas poderiam ser reprovadas, e uma notícia desse tipo é pública, vai para vários órgãos de comunicação social, e saiu no boletim municipal, que foi distribuído a todos os munícipes em casa, o que não é de somenos, e pode confundir as pessoas. Quando Sara Sardinha diz que todos sabem, na verdade a população pode não saber e é importante não confundir as pessoas. Outra questão é que a publicitação massiva desse tipo de informação pode condicionar a votação que será feita no órgão assembleia municipal, é inaceitável e não é um lapso que se possa aceitar, reforçou que deve ficar em ata que não é aceitável, e que os argumentos 'paciência' não devem ser usados, essa é a forma de atuação da câmara municipal de Portalegre no momento atual, essa é que é a questão.

Jaime Fitas no uso da palavra cumprimentou o senhor presidente e restante mesa, a senhora presidente e vereadores, membros da assembleia, comunicação social e o público em geral. Desejou boas festas a todos, de seguida colocou três perguntas à

5

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

senhora presidente. Perguntou sobre os pinos colocados na Rua Padre Sotto Mayor em Urra, tinha pedido para receber essa resposta por escrito e não recebera nada, qual o critério usado para a colocação desses pinos, também perguntou sobre o parque infantil de Caia, de onde foram retirados todos os equipamentos, soube pelo vereador Marco que a requalificação do parque seria feita pelos funcionários da autarquia, e sendo assim porque é que só passados três anos avança, por último perguntou qual a data para o término da obra da Rua da Saudade, visto a senhora presidente ter dito que era há semanas atrás, mas ainda não começou.

A senhora presidente de câmara, quanto aos pinos colocados junto a uma habitação na Urra, disse que conseguiu apurar que a situação dessa habitação é distinta das casas contíguas, porque a rua fica muito junto à janela e a moradora queixa-se que estacionam em cima do passeio e causavam incómodo, pelo que achou-se pertinente colocar os pinos para evitar o estacionamento em cima do passeio. Em relação ao parque infantil de Caia, como sabe o senhor presidente, o executivo tem estado a requalificar os parques infantis. Já intervencionou o parque infantil de Urra e colocou um parque infantil novo na escola de Caia, assim como em outras freguesias. Já foram colocados 10 novos parques infantis no concelho nos três anos de mandato. No caso do parque infantil de Caia, apercebeu-se que estava encerrado e precisava de reparações, e entendeu o senhor vereador retirar os aparelhos para serem reparados, após o que voltarão ao seu lugar, priorizaram, como o caso da escola que não tinha parque infantil há largos anos, e teve um parque infantil novo, no caso em concreto estão a ser feitas reparações que conseguem ser feitas internamente e é por isso, e provavelmente há dois anos atrás não estaria tão estragado, por isso é agora, e não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo.

Em relação à Rua da Saudade falta uma pequena parte e será concluída muito em breve, foi um período complicado de muito trabalho mas está agendado para dentro de pouco tempo.

João Pina retomou a palavra e abordou um assunto, que se fala muito na cidade, que incide em saber o que é que são atos de propaganda. Está-se a menos de um ano das eleições. Registou uma frase da senhora presidente de Câmara que dissera 'Seria triste fazer política com coisas tão simples', e então perguntou 'o que é isto' exibindo o boletim municipal, enfatizou 'política com coisas simples'. Do ponto de vista legal nada impede a câmara de o fazer, questionou a CNE para confirmar isso, mas do ponto de vista ético, trata-se de um prospecto de campanha perto das eleições. Acrescentou que é munícipe em Portalegre, mas mora no Seixal, porque tem a vida profissional em Lisboa, e no Seixal distribuem uma publicação todos os meses aos munícipes do Seixal, que carinhosamente é chamado de 'Avantezinho', mas é uma publicação mensal, e em Portalegre durante três anos não foi conhecida nenhuma publicação, nenhum boletim municipal, e portanto é um folheto de balanço partidário, custa ver isso como uma coisa oficial paga com o dinheiro dos contribuintes. Há boletins que tem publicação regular e que muitas câmaras fazem, Portalegre podia ter, o Seixal tem, até o Borda-d'água é feito com mais regularidade do que o boletim municipal de Portalegre. Na perspetiva do Partido Socialista é o pior que a política tem, usar recursos públicos para fazer uma fechada campanha eleitoral, portanto a campanha eleitoral abriu com isso, abriu com o folheto de campanha do PSD à população do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

concelho de Portalegre, o boletim municipal, que salientou não é anual nem mensal, mas sim um folheto de início de campanha eleitoral específico de obra. Perguntou à senhora presidente quanto custou, sabendo que a tiragem foi de 14 mil exemplares, distribuição gratuita, produzido pelo departamento de propaganda da câmara, quanto custou ao município. Depois é preciso lembrar às pessoas, e por isso perguntou à senhora presidente um comentário pela manifesta e gritante falta de ambição, lembrou que um vereador do Partido Socialista perguntara numa reunião de câmara porque é que não havia fundos comunitários e que talvez se procurasse nos lugares errados ao que a senhora presidente respondera se queria que procurasse no 'Continente', e talvez devesse começar por aí, porque a taxa de execução e receitas de capital da câmara é uma desgraça, a cidade está paralisada. Metade do boletim está ao nível de uma junta de freguesia, 'pintamos umas coisas, arrancamos umas ervas', a outra metade são as obras que a senhora presidente apanhara em andamento, o que vinha do CLIP já não era muito, mas era um bocadinho mais do que o que a senhora presidente lançou. Perguntou que obra estruturante foi lançada no atual mandato, ou imaginando que Fermelinda Carvalho seria presidente de câmara de Portalegre durante 12 anos, que obra estruturante pensa para Portalegre para trazer pessoas, para trazer emprego, para trazer investimento, para trazer dinamismo, que obras está a pensar para Portalegre. A senhora presidente no início de mandato disse que não havia dinheiro e como tal não candidatava projetos, mas todas as Câmaras candidatam projetos, mesmo sem dinheiro, para irem buscar fundos comunitários, e não se vê no boletim coisas que tenham sido lançadas pelo mandato atual, coisas que vinham de trás e que deu continuidade, obviamente que tinha que dar continuidade, reforçou que se sair um novo boletim em 2025, a segunda edição da propaganda eleitoral, quais serão as promessas eleitorais para o próximo mandato, porque imagina que a segunda versão seja de promessas eleitorais para o mandato seguinte.

O boletim diz edição 2024 mas contem transferências e subsídios concedidos, os quatro milhões e meio dizem respeito ao mandato todo, portanto é enganador, as pessoas podem achar que a câmara deu quatro milhões em 2024 às associações, e não é assim, contempla o mandato todo. Depois perguntou desses quatro milhões quanto é que foi em espécie, parece que a câmara passou cheques de quatro milhões às associações, mas quanto é que foi em espécie, porque faz toda a diferença.

Há questões que sobressaem, vê-se que a câmara está na linha da frente em apoio aos bombeiros, desde a dívida do Júlio Iglésias que o PSD lhes deixara, era o mínimo a fazer para os bombeiros. Esquecem-se, fala-se em redução da dívida como se a dívida fosse uma coisa etérea que aparecesse do ar, não foi Fermelinda Carvalho que fez a dívida, mas foi o partido de Fermelinda que deixou os 50 milhões de dívida, há 20 anos atrás a câmara estava cheia de dinheiro, os projetos aprovados, os contratos programa assinados, e depois o Partido Socialista não ganhou a câmara, ganhou o engenheiro Mata Cáceres e foi o que se viu, e a dívida ficou lá, 50 milhões que se estão agora a pagar. Rematou reforçando a pergunta do que esperar do novo boletim em promessas eleitorais.

Sara Sardinha retomou a palavra e manifestou que tinha pouco a dizer sobre o assunto, mas que não percebia qual era o problema em ter uma comunidade informada, porque uma comunidade informada é uma comunidade esclarecida, e no ano seguinte ir-se-á a votação, e nessa altura ver-se-á o que os municípios querem e

7

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

escolhem. Isso é o que interessa, o município está a realizar um trabalho de acordo com o seu programa eleitoral e assim irá prosseguir. Isto que falam e manifestam como uma coisa é um boletim municipal, mesmo sendo o primeiro em Portalegre, mostrou-se o do Seixal que é mensal, em Portalegre também poderá vir a existir um mensal, até poderá ocorrer se o executivo assim o decidir, assim como a senhora presidente a Engenheira Fermelinda Carvalho se assim o quiser estará três mandatos, e irá apresentar os boletins municipais que quiser, enquanto o executivo quiser. Também não se diga na assembleia municipal que os municípios não sabem ler, os municípios sabem interpretar bem o que está no boletim municipal.

A senhora presidente de câmara relativamente à primeira intervenção interpelou João Pina, manifestando que o mesmo não tinha lido o boletim municipal, porque reside no Seixal e provavelmente anda a ler o do Seixal, e fez uma serie de perguntas, mas convidou a ler o boletim, porque após a leitura não teria essas dúvidas que colocou. De qualquer maneira no que toca aos fundos comunitários e à intervenção do vereador em reunião de câmara dizendo que a presidente não sabe procurar fundos comunitários, o interessante é que nesse mesmo dia o município de Portalegre recebeu a comunicação da aprovação de duas candidaturas importantes na ordem de 3 milhões e meio, a piscina municipal e o centro cultural dos Fortios, e acrescentou que no momento atual o município de Portalegre em termos de contratualização é o município do Alto Alentejo que tem o maior valor aprovado, em termos de fundos comunitários do novo quadro da contratualização.

Em relação ao boletim, cada um faz como quer e como entende, o boletim foi executado e decidido com a legitimidade que foi dada a quem neste momento governa o município de Portalegre, reforçou que foi eleita para tomar decisões, decidiu que era três anos como podia ter decidido dois, cada um faz como entende. João Pina disse e muito bem que era legal, não há nenhuma ilegalidade, a maior parte dos municípios tem boletins municipais, e se por acaso tivessem um boletim municipal mensal provavelmente achariam um exagero e que estavam a gastar demais, contudo concentraram e consideraram as questões mais relevantes, fizeram o que entenderam, os senhores não gostam, não gostam não olham, o propósito do executivo é informar as pessoas, boletins municipais não tem nada de mais, há quem faça uma vez por ano, de dois em dois anos, uma vez por mandato, se fosse lançado em junho ou julho do próximo ano seria campanha eleitoral, os senhores dizem que é campanha eleitoral, o executivo considera que é informação, logicamente que não estava à espera de ouvir dizer elogios, que o boletim estava bem feito ou que informa as pessoas e elucida. Se disserem que o boletim tem inverdades ou valores errados teria que se analisar, agora que não gostam do boletim, não gostam todos do mesmo isso é legítimo, e rematou dizendo que foram eleitos para tomar decisões e tem o direito de tomar a decisão que tomaram.

Henrique Santinho, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e desejou as boas festas, seguidamente manifestou-se admirado com a bancada do Partido Socialista, que leva um boletim informativo para o lado da campanha eleitoral, trata-se de um boletim informativo daquilo que está realizado e feito, ou seja, que não está em papel ou que supostamente se irá fazer, quando se verifica que o Partido Socialista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

anda há meses a fazer *show off* com uma barragem que nem se sabe se irá acontecer, a tirar resultados e partido disso, quando a barragem está muito longe de acontecer, e andam a fazer essa campanha, interpelou os colegas de assembleia para terem calma, que ainda falta dez meses para a campanha eleitoral e trata-se de um boletim informativo, daqui a dez meses isso se resolverá, e a assembleia tem mais pontos para serem decididos.

Ricardo Romão retomou a palavra e constatou que a senhora presidente não respondera à questão do quanto custou, e que pesquisara e salvo erro o custo teria sido treze mil e setecentos euros, treze mil e setecentos euros que os munícipes de Portalegre, contribuintes, pagaram para ser feita propaganda eleitoral, e essa é a questão taxativa. O documento serviria para uma discussão de horas, também não foi respondida a questão dos apoios às associações, se os apoios recebidos foram em espécie e quanto, gostava de ter esse esclarecimento. Considerou caricato que dentro das entidades subsidiadas fossem incluídas as juntas de freguesia, ou seja as juntas de freguesia são colocadas ao nível das várias associações, o que do ponto de vista institucional é bizarro. Continuou pedindo esclarecimento sobre se foram consultados os vereadores da oposição sobre o boletim municipal e a sua distribuição.

João Pina retomou ao debate e deixou algumas notas, em primeiro lugar a senhora presidente teve a deselegância de afirmar que não lia e que lia o do Seixal, perguntou à senhora presidente se quando estava em Arronches mas morava em Portalegre se lia o notícias de Arronches, porque morar no concelho ao lado tira informação sobre o concelho onde vota, constatou a deselegância de uma presidente de câmara que dirige tão mal o município que a sua juventude tem de ir procurar oportunidades lá fora, isso é que devia ser preocupação e preocupa-se muito pouco, será com um centro cultural e com a requalificação da piscina que toda a juventude portalegrense ficará a constituir família em Portalegre e terá emprego e oportunidades? Questionou sobre projetos estruturantes e a senhora presidente respondeu zero, o que se reflete é que a câmara apenas gere o quotidiano, limpa quando a malta se queixa, arranja quando a malta se queixa, pinta quando não chove, arranja um buraquito e é isso, projetos estruturantes zero. De seguida mencionou o colega presidente de junta que está chocado por uma bancada de um partido político estar a levar o assunto para a política, só se pode levar para a política, é a arte do debate, e quanto à barragem do Pisão, essa obra está para o governo como as obras do boletim estão para a engenheira Fermelinda Carvalho, como as apanhou num nível que não pode voltar para trás, vai ter mesmo que ir para a frente, estejam descansados que a barragem vai ter mesmo que ser construída. Para que fique claro a questão fundamental, não disse que era ilegal, nem disse que não era legítimo, o argumento que usou, e por isso trouxe o 'Avantezinho', a câmara de Portalegre nunca teve uma publicação de carácter regular, e lembrou-se agora de fazer uma e pôs lá o que quis, mencionou a colega Sara Sardinha que dissera que o povo lá fora sabia e não era parvo, de facto o povo lá fora sabe e não é parvo mesmo, se perguntar a 20 portalegrenses se acham que é campanha eleitoral ver-se-á qual é a sua resposta. Obviamente que a conversa lá fora é de que é um pasquim de propaganda eleitoral e por isso trouxe o assunto. Está lá o que fez a câmara, sim, é legal é, tem legitimidade, sim, mas não é essa a questão, e desafiou a senhora presidente a verificar quantas câmaras no país fazem um só

9

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

boletim municipal a 10 meses das eleições, porque as câmaras do país ou fazem ou não fazem e quando fazem, fazem-no com regularidade. Essa é a questão, não é ético, é reprovável, a senhora presidente diz que não vê como propaganda política, mas mesmo que visse nunca o iria admitir na Assembleia, pelo que esse é o papel da oposição levantar as questões, não deixa de ser um exercício a roçar o vergonhoso. Há quatro anos o governo decidiu marcar as autárquicas com muito tempo de antecedência, precisamente para barrar este tipo de exercícios, é esbulho de dinheiro público, e para além dos treze mil euros gostaria também de saber quanto custou a distribuição, quanto custou meter o boletim na casa das pessoas, e pegou nas afirmações da bancada do PSD, de que os eleitores tem o direito de ser informados, tem obviamente e muitas câmaras fazem-no através de uma página de *facebook* ou publicações *on-line* no site do município, até há câmaras que colocam o *link* do boletim municipal na conta da água, portanto gastou-se dezenas de milhares de euros num boletim de propaganda eleitoral quando havia outras formas de informar os munícipes, portanto usou-se essa forma, que legitima é, ética é que não é certamente.

A senhora presidente de câmara esclareceu que João Pina estaria baralhado com os euros não seriam dezenas de milhares, mas também disse que era um pouco tendencioso, falou da herança da dívida do PSD, mas podia-se também falar de três bancas rotas da herança do partido socialista no país, não se lembrou mas podia ter falado.

Havendo ruído na sala o senhor presidente de mesa pediu que não houvesse interrupções para a senhora presidente pudesse terminar o seu discurso.

A senhora presidente de câmara disse que se João Pina falara meia hora deveria a própria poder falar três minutos e poder responder às questões, quando falou em deselegância da presidente de câmara, deselegante fora o próprio, aliás por norma tem um pouco essa postura, mas estaria especialmente com essa atitude deselegante, mas é mais fácil ver os defeitos dos outros. Voltou a dizer que o executivo entendeu lançar um boletim municipal que informa a população, no seu direito, a maioria dos municípios fazem-no, é algo normal, o que não é normal é depois de eleições marcadas fazer o programa eleitoral com base em projetos ou estudos prévios da câmara municipal e coloca-los no programa eleitoral, isso nunca fez, mas houve quem fizesse, aconteceu na última candidatura do CLIP. Há quem não tenha moral para falar do assunto, o último programa eleitoral do CLIP tinha projetos e estudos prévios da posse da câmara municipal, chocante é colocar no programa eleitoral projetos que são da câmara municipal e nem ter o cuidado de expurgar a correspondência interna, a solicitar aos serviços que forneçam esses projetos. Isso é que é ilegal, utilização indevida de documentos da câmara municipal para programas eleitorais. Depois quando é referido que se mistura as associações com as juntas de freguesia, o título é claro transferências e subsídios concedidos, são coisas distintas, contem as entidades que beneficiaram dos apoios da câmara municipal, estão por ordem alfabética e não há mistura, não queiram confundir as coisas, tratou-se de subsídios deliberados nas reuniões do executivo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão voltou ao debate e constatou que a senhora presidente com a discussão em curso acabou por assumir que era um documento de campanha. Ficou claro. Já está a ir retomar uma discussão de campanha de 2021, são coisas que não estavam resolvidas na cabeça da senhora presidente, e solicitou qual a legislação em que se suporta. Depois solicitou qual a informação privilegiada que dizia ter sobre a solicitação da CLIP à câmara municipal de Portalegre. Resumiu afirmando que a senhora presidente prefere continuar com um discurso de fuga e não responder às perguntas colocadas, não sabe o preço, não responde se os vereadores da oposição foram envolvidos no boletim municipal, essas respostas não são convenientes. Aludindo à bancada do PSD que afirma que as pessoas percebem, lamentou como português a informação da OCDE que indica que 40% dos adultos portugueses só conseguem compreender um texto básico e contas de aritmética básica, essa é a filosofia do momento, iludir as populações, que lê as coisas transviadamente, é o papel da oposição mostrar que o se tenta passar não é verídico, não é claro, são meias verdades. Outra questão quando se afirma que do ponto de vista legal não tem problema, mas sim do ponto de vista ético que é condenável, compreende-se, mas chamou a atenção para a diretiva 1/2008 da ERC (entidade reguladora para a comunicação social), ponto 8: "Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respetivo pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos", portanto e aludindo à frase da senhora presidente "fizemos aquilo que entendemos" afirmou que é uma filosofia ditatorial, a oposição nunca é envolvida e é escondida, nunca estão presentes nas cerimónias e nunca estão presentes em nada, são deliberadamente ocultados, são fantasmas, contudo acentuou que a oposição está a dar a cara como o próprio, não se conformam com isso.

Desafiou todos a verem a descarada comparação entre duas publicações, o boletim municipal da senhora presidente e uma publicação anterior da CLIP, a comparação é fantástica, só falta a cara da Dra. Adelaide Teixeira, o plágio é quase constante, nem houve a dignidade e ousadia de ter um documento diferente e original, até a cor, e mais acontece que o documento da CLIP é um documento de campanha eleitoral pago pela campanha eleitoral e não com o dinheiro dos munícipes, não se conformam com isso.

Dirigiu-se ao senhor presidente e pelo desenvolvimento do debate solicitou a inclusão de uma moção sobre isso.

O senhor presidente de mesa aludiu que o regimento pede que as moções sejam entregues no início da assembleia, pelo que a mesa não deve aceitar a moção, no entanto colocou à consideração do plenário a integração da moção.

Ricardo Romão retorquiu que o artigo 15º do Regimento diz que são poderes dos membros na alínea c) apresentar propostas de deliberação sobre a forma de votos, recomendações e Moções, que é o caso, e pediu esclarecimento ao senhor presidente.

O senhor presidente de mesa indicou o ponto 2 do artigo 48º, os votos moções e recomendações devem ser distribuídos no início da reunião à mesa, aos representantes dos grupos municipais, e o início da Reunião fora às 21 horas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão continuou dessa vez com a alínea e) do artigo 48º, “À apresentação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o Município,... também poder inclui-las no período da ordem do dia”.

O senhor presidente de mesa reforçou que na sua interpretação deveriam ter apresentado a moção no início da reunião e tê-la distribuído, no entanto colocou à consideração do plenário da assembleia a aceitação da moção, mais democrático do que isso não havia.

Foi feita a votação, tendo sido apurados 10 votos contra, 3 abstenções e 15 votos a favor, tendo o senhor presidente de mesa informado que não reunia 2/3 da assembleia pelo que não seria aceite a moção, e deu a palavra à senhora presidente.

A senhora presidente de câmara visto ter sido mostrado um programa eleitoral, não chama ao boletim municipal programa eleitoral, mas seria interessante que fosse mostrada a página onde constam projetos que são da câmara, que estavam a ser desenvolvidos internamente e que nunca foram concretizados, mas que foram colocados no programa eleitoral, no entanto leu o *e-mail* de troca de correspondência que mostra como as coisas funcionavam, “Exma. senhora chefe de divisão de ordenamento, planeamento e gestão urbanística, serve o presente para reencaminhar o *mail* enviado por esta direção de campanha no dia 12 de julho e que ainda não obtivemos resposta”, portanto a pressionarem a chefe de divisão para que facultasse os elementos; e outro *e-mail* “no âmbito da preparação das eleições autárquicas 2021, a CLIP, vem desta forma solicitar as seguintes informações...” e pedia esclarecimentos, portanto colocava-se os colaboradores do município ao serviço de uma campanha eleitoral, isso sim é ilegal, agora apresentar um boletim municipal com aquilo que foi feito não o é, não é do agrado das bancadas, não gostam da cor, não gostam que não tenha a fotografia da anterior presidente, enfim, cada um diz o que quer e ainda sobra tempo, mas compete às pessoas avaliar e é isso que importa.

Adriano Bailadeira apresentou cumprimentos a todos os presentes e disse que fazer má política é o que a senhora presidente acabou de fazer, as direções de campanha sejam elas quais forem, tem legitimidade de perguntar às entidades onde concorrem, e quando o pedido chega os serviços distribuem-nos para os respetivos departamentos, e provavelmente até veio para o gabinete de apoio à presidência.

A senhora presidente explicou que os *e-mails* que detinha eram dirigidos diretamente à chefe de divisão, oriundos do diretor de campanha do movimento CLIP. E considerou que não era preciso saber mais nada.

Adriano Bailadeira retorquiu que sim que era preciso saber mais, e que provavelmente estariam no *e-mail* conhecimentos às entidades, e continuou mostrando mais uma vez a publicação do boletim municipal, aludindo ao que João Pina tinha frisado que o que estava metade era do anterior mandato, disse que a presidente Adelaide fez pouco mas esse pouco é o que consta do boletim municipal, podia ir mais longe e tem elencadas todas as coisas que constam no ‘jornal de campanha’, que desculpassem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

no boletim municipal, e aconselhou a que consultassem as atas da reunião de câmara, ata de 6 de outubro de 2021, onde está a listagem das coisas que estavam em curso e das que ainda não estavam em curso. Rematou dizendo que já que a senhora presidente tem os *e-mails*, também tem um programa *Mydoc*, onde pode consultar todos os passos que as obras deram, os eventos, os procedimentos, tudo o que quiser estará ao seu acesso, a senhora presidente tem toda a legitimidade de dar continuidade ou não aos projetos que vem do mandato anterior, mas não tem a legitimidade de tentar enganar os portalegrenses dizendo que as coisas acontecem por sua única e exclusiva responsabilidade. Invocou o que a senhora presidente disse no dia 31 de outubro passado, na inauguração dos antigos Paços do Concelho, à imagem do discurso de posse, no dia 8 de outubro de 2021, em que dizia que as coisas só se tornam verdade quando abrem portas, e que quem é responsável pelas coisas acontecerem são os que estiverem na altura em que se abrem portas, o que é um perfeito disparate. Voltou à inauguração dos antigos Paços do Concelho onde a senhora presidente disse “esta obra o anterior executivo pagou 3 mil euros, e nós pagamos mais de um milhão”, esqueceu-se de dizer que o milhão que pagou foi todo financiado por uma candidatura obtida, como todas as outras obras que a senhora presidente fez, o que vai de encontro ao que fora dito por João Pina sobre não saber obter fundos comunitários, interpelou a senhora presidente dizendo que quando descobrir onde eles estão pode ser que as candidaturas que colocou de obras para 2026 venham, candidaturas com zero de verbas para 2025, (que isso também não é propaganda política nem nada que se pareça), quando se põem uma série de obras para 2026 e põe-se para 2025 a zero, é a imagem de pura e simples propaganda política.

Sara Sardinha, retornou ao debate, evidenciou que em relação ao *emails* para a chefe de divisão, já se percebeu o que se passou e não pretende falar mais disso, mas referiu que não consegue ver os munícipes como Ricardo Romão dissera, definiu-os com um estudo da OCDE que só 40% ..., não consegue, não consegue e não quer, não quer pensar que alguém diga que os munícipes de Portalegre são assim. Reafirmou que tudo o que está no boletim municipal esteve nas redes sociais, está no *site* da câmara Municipal, e foi impresso porque nem todas as pessoas tem acesso às redes sociais, uma grande percentagem da população do concelho de Portalegre não tem acesso, foi impresso e chegou às pessoas, trata-se de uma comunidade esclarecida, alguém tem problemas com isso, não sabe porquê. Para não falarem em falta de ética, falta disto ou falta daquilo, consegue-se ver no boletim municipal o que foi executado por este executivo, ninguém pretende ter os louros de nada, não pretendem ficar com os louros daquilo que a CLIP fez, está no boletim municipal a taxa de execução deste mandatado em cada obra, e ‘mais não diz...’

A senhora presidente de câmara, referindo-se à intervenção de Adriano Bailadeira, mencionou dois exemplos, a ata de 6 de outubro, e recordou que tomou posse dia 8 de outubro, portanto na famosa ata foram elencadas uma série de obras, que iriam ser feitas um dia, e entendem que falar numa obra é a mesma coisa que a fazer, isso não é novidade, mas recordou que é presidente da câmara de Portalegre há três anos, e a CLIP esteve 10 anos, lançou as obras no último ano, três obras, isso é um facto, quantas obras foram inauguradas nos 10 anos? Por exemplo quando este executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tomou posse, nos antigos Paços do Concelho, estava lá o estaleiro e foram pagos três mil euros, é verdade, era suposto este executivo deitar fora esse projeto, não cumprir o contrato, indemnizar o empreiteiro, seria isso a atitude razoável e consciente e séria para com os dinheiros públicos, cumpriu aquilo que não fora cumprido antes, em boa verdade, se tivessem começado as obras mais cedo, num universo de 10 anos, tinham-nas concluído. Teve que ser este executivo a honrar os compromissos, e isso acontece em todos os mandatos, quando terminou o mandato em Arronches deixou obras a decorrer para o sucessor, qual é o problema disso. Não tem complexos desses, tem responsabilidade, havendo contratos assinados com os empreiteiros, reforçou que foi o atual executivo que teve de arranjar verbas para revisões de preços, porque os valores foram completamente diferentes dos contratados e sabem disso. Voltou a falar do boletim municipal, teve a educação e a seriedade de colocar a taxa de execução em cada obra, agora se o CLIP se quer apoderar, falou numa obra é como se a tivesse feito, está cansada dessa discussão, as pessoas às vezes até lhe dizem que 'fizeram as obras mas não se via', as pessoas sabem, e, não concorda com essa ideia de que quem não tem um curso não é letrado, não sabe ler e é ignorante, é burro. Foi dito que 40% dos portugueses não sabem aquilo que lêem, não sabem interpretar, só sabem interpretar um texto simples, não concorda com isso, acha que as pessoas sabem perfeitamente e sabem interpretar, sabem analisar e ficou por aí.

O senhor presidente de mesa reforçou que com certeza os portalegrenses saberão interpretar, uns interpretam de uma forma e outros interpretam de outra, com certeza que os portalegrenses são muito interessados na sua cidade concelho e nas políticas que tentam melhorar as suas condições de vida, e seguem com atenção a assembleia municipal, mas no entanto existem grelhas de tempo do debate e o tempo de antes da ordem de uma hora já foi ultrapassado, pelo que pediu aos membros da assembleia que fossem sucintos e concretos nas intervenções, que fossem objetivos na comunicação, já foram repetidos argumentos e a repetição não acrescenta à discussão.

João Pina retomou a palavra e salientou que a parte mais importante das assembleias não é votarem, é haver debate, e obviamente que não precisam de ser lembrados que são ouvidos lá fora, a bancada do PS sabe que está a ser ouvida e respondem pelas suas palavras, pelos seus atos e pelo que acusam, pelo que dizem e pelo que votam, e considera que todos fazem assim.

Voltou a falar do custo do boletim municipal, que já está no BASE, 13 720 euros, mas gostaria de saber quanto custou a distribuição do boletim, e quanto aos subsídios às associações, dos 4 milhões e meio quanto é que foi em espécie, logo que possível que facultasse esses números, porque acha que isso se pode pedir aos serviços ao contrário de outras coisas.

Rematou dizendo que a senhora presidente dissera que apanhou as obras em curso e dera-lhes continuidade, e bem, o que o PS frisou é que quando ganharem a câmara no ano a seguir e quando quiserem dizer que estão a dar continuidade às obras lançadas por Fermelinda Carvalho, não tem nada para dizer, porque não há nenhuma obra lançada por Fermelinda Carvalho, voltou à questão dos projetos estruturantes, não há ambição, deixou o desafio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao que mencionara de forçar serviços municipais a darem dados para campanha, perguntou o que fez a senhora presidente de câmara quando o descobriu, está chocado sobre essa história.

Finalmente pediu a atenção da assembleia para o facto de entre 1980 e 1982, os dois governos de AD, o primeiro liderado por Sá Carneiro com Cavaco Silva como ministro das Finanças, e o segundo chefiado por Pinto Balsemão, que levaram o país à bancarrota, teve que ser formado um bloco central, ou seja três socialistas levaram o país à bancarrota, Sá Carneiro, Cavaco Silva e Balsemão, levaram o país à bancarrota, podem depois confirmar.

Já foi falado que o boletim municipal da câmara é quase igual ao boletim de campanha do CLIP, então e não há a possibilidade de que quem o fez foram as mesmas pessoas, ninguém nos disse quem fez o boletim de campanha do CLIP há quatro anos, se foi o CLIP A ou o CLIP B, porque esta cidade tem dois CLIPs, portanto se choca a algumas pessoas que possam ser parecidos, considera que é uma possibilidade que não o choca.

Ricardo Romão solicitou um esclarecimento à mesa quanto à votação da moção que não percebera.

O senhor presidente de mesa esclareceu que, estando fora do que está regimentado, colocara ao plenário a aceitação da moção, e esta foi rejeitada por não reunir os dois terços necessários, à semelhança da introdução de pontos na ordem do dia.

Ricardo Romão insistiu que não consta a necessidade de dois terços e que na sua interpretação seria aceite por maioria simples.

O senhor presidente de mesa evidenciou que não é explícito que seja por maioria simples, não diz que é por dois terços e também não diz que é pela totalidade do plenário.

João Pina, sem falar do mérito da moção, mas falando da aceitação da moção, a única maioria por dois terços que consta do regimento é nos pontos da ordem do dia, pelo que perguntou de onde o senhor presidente depreende que tem de ser uma maioria de dois terços.

O senhor presidente de mesa acrescentou que aquilo que não está regimentado cabe à mesa decidir em conformidade, e para se manterem procedimentos semelhantes à introdução de pontos na ordem do dia parece-lhe ser conforme a maioria de dois terços.

De seguida deu a palavra ao vereador Luis Testa para acrescentar juridicamente contributos à questão:

O vereador do executivo Luís Testa agradeceu e referindo-se ao assunto disse que as funções restritivas da lei tem que ser todas expressas, ou seja, quanto mais restritiva é a função mais expressa tem de ser, por isso é que se condiciona a admissão de pontos novos na ordem de trabalhos à aprovação por maioria qualificada de dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

terços. Acontece que a apresentação de uma moção ou proposta de deliberação não é a abertura de um ponto novo na ordem de trabalhos, é aproveitar o ponto antes da ordem do dia, já aberto para se apresentar essa moção, e a mesa tem a faculdade de no espírito da condução dos trabalhos admitir ou não de acordo com o regimento, tal moção ou proposta de deliberação, mas sobre todas as decisões da mesa cabe recurso para o plenário da assembleia municipal, e esse recurso não obriga a uma maioria qualificada de dois terços para rechaçar a interpretação da mesa, é essa a sua opinião técnica jurídica.

O senhor presidente de mesa destacou o artigo 23º competências da mesa, ponto 1 alínea b) deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento. Pelo que cabe à mesa a interpretação e é legítima a interpretação feita à semelhança da inclusão de pontos, a moção não deixa de ser um assunto a integrar em assembleia municipal, pelo que mantendo a uniformidade de critérios perguntara ao plenário. O próprio não rejeitou a moção, mas mais de um terço do plenário rejeitou a aceitação da moção e considerou ser esse o procedimento correto.

Ricardo Romão manifestou a sua discordância, com todo o respeito, e indicou que a decisão do senhor presidente era arbitrária não incluída no próprio regimento, considerou ser uma violação direta ao regimento porque o artigo 48º, alínea e) é explícito quando refere que é possível serem apresentadas moções no período antes da ordem do dia, pelo que não pode a mesa arbitrariamente decidir que é um assunto não incluído no regimento, e depois no seu livre arbítrio decidir que a maioria tem de ser qualificada.

O senhor presidente de mesa indicou que também é explícito no ponto 2 que os votos moções e recomendações devem ser entregues e distribuídos no início da reunião, à mesa e aos representantes dos grupos municipais, e esse procedimento não foi cumprido, do regimento aprovado por toda a assembleia.

Ricardo Romão acrescentou que tinha sido claro quando dissera que a apresentação da moção decorria da discussão que estava a acontecer, não era possível a moção ser apresentada *a priori*, porque decorria da discussão que estava a acontecer, e é legítimo ser apresentada no período antes da ordem do dia que é o período onde estão. Fechou perguntando que não sabe qual é a reticência que estaria a colocar na apresentação de uma simples moção de um grupo municipal, parece que estaria a cortar a palavra aos grupos municipais.

O senhor presidente de mesa retorquiu que não se trata de uma reticência, não foi decidido por si, aliás colocara à consideração do plenário, à semelhança do que tem sido feito para a introdução de pontos na ordem do dia.

Sara Sardinha leu a alínea e) do citado artigo 48º: "À apresentação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o Município, que sejam apresentadas por qualquer membro da Assembleia, Grupo ou Mesa, sem prejuízo de a Mesa, ouvida a Conferência de Representantes, também poder incluí-las no "Período da Ordem do Dia";"; frisou ser importante ler tudo até ao fim, de seguida mencionou a conferência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de representantes, onde o senhor presidente sempre pergunta se há moções a apresentar pelos grupos municipais, e se na altura não houver pode acontecer e não seria a primeira vez, ser mais tarde distribuída e chegar aos grupos municipais e mesa no início da reunião, essa é a sua interpretação do artigo citado.

João Pina alertou que o assunto era importante até porque faria jurisprudência para o futuro, interessava, o CLIP quer apresentar uma moção, devia ter distribuído no início da reunião, não distribuiu, ao não ter distribuído e é por isso que se votou se devia ou não ser aceite em plenário, ou seja, essa parte do regimento está cumprida, mas a pergunta em causa não é essa, a pergunta é qual é a maioria para se aceitar, porquê a maioria dos dois terços, e não encontra em lado nenhum que a maioria tenha de ser dois terços, essa é a questão.

Sara Sardinha disse que interpretava do procedimento que havendo lacunas, e no caso há essa lacuna, que havendo lacunas cabe ao senhor presidente e mesa decidir essas lacunas, e a mesa interpretou que a apresentação de uma moção extemporânea é a inserção de um ponto, e que consta no regimento que pode a moção ser um novo ponto conforme lera atrás, está interpretado que pode ser por dois terços, na sua opinião.

O senhor presidente de mesa clarificou que a sua interpretação não é a inserção de um ponto, mas sim a decisão de uma lacuna do regimento e mantendo alguma coerência à semelhança da inclusão de novos pontos, similarmente aplicou uma votação em plenário com uma maioria qualificada para a aceitação da moção.

João Pina argumentou que se estava a retroceder na discussão, havia que assumir que a votação feita em plenário era o recurso da decisão da mesa de não aceitar a moção, e os recursos para o plenário das decisões da mesa não carecem de maioria qualificada, citou o artigo 72º “Compete à Mesa da Assembleia Municipal, com recurso para o Plenário, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas”. O senhor presidente dissera na lacuna a mesa interpretou, e a seguir houve uma votação em plenário, portanto no seu entender essa votação só podia ter sido feita nos termos do artigo atrás citado – com recurso para o plenário – e em lado nenhum do regimento consta que os recursos carecem de dois terços. Salientou que é preciso cuidado e que a questão formal tem de ser sanada. Ou então vote-se novamente o recurso da decisão da mesa em plenário, que carece apenas de uma maioria simples.

O senhor presidente de mesa interrompeu a Assembleia, durante alguns minutos para conferenciar com os representantes dos grupos municipais sobre a questão, eram 22h e 53m do dia 18.12.2024.-----

Retomou-se a assembleia municipal de 18.12.2024 eram 23 horas, o senhor presidente de mesa recordou que o período antes da ordem do dia tem uma duração de uma hora e que já decorreram duas horas, pelo que apelou ao poder de síntese.

Seguidamente disse que havendo várias interpretações e constatando-se que os pontos do regimento não são facilitadores da interpretação, continuava a considerar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que a interpretação da mesa estava correta nos termos do ponto 1 do artigo 23.º, e que o procedimento fora adequado, no entanto questionou se alguém se opunha ao mesmo.

Ricardo Romão indicou que os argumentos já haviam sido apresentados e era claro que o regimento não estava a ser cumprido, considerou que existia intransigência da mesa e que a responsabilidade da não inclusão da moção seria da mesa.

O senhor presidente de mesa questionou se pretendiam recorrer para o plenário da interpretação.

Ao que Ricardo Romão anuiu.

O senhor presidente de mesa indicou ao plenário que votariam o recurso da CLIP, sobre a decisão da mesa, por maioria simples.

Foi realizada a votação tendo-se apurado 10 votos contra, 4 abstenções e 14 votos a favor do Recurso. O senhor presidente de mesa informou que poderiam apresentar a moção.

Adriano Bailadeira apresentou a Moção.

Moção do grupo municipal CLIP de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Portalegre.

“CENSURA AO EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Somos chegados ao final do terceiro ano de mandato do atual Executivo da Câmara Municipal de Portalegre. Na altura que são apresentadas, para votação, as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2025, o último ano do mandato autárquico 2021-2025.

Tal como ocorreu em anos anteriores, a intenção da Sr.ª Presidente na auscultação da oposição em relação ao Orçamento e GOP foi fictícia; o lapso de tempo e a ausência de qualquer documento provisional para base de discussão são factos que comprovam a intenção de excluir a oposição. Aliás a prática a que assistimos durante o mandato foi de que qualquer proposta indicada pela oposição fosse cativada pelo Executivo, numa prática pouco democrática e eticamente reprovável. O mesmo tentou acontecer em relação às obras herdadas do mandato anterior e propostas apresentadas pela oposição. A intenção descarada foi de apropriação política, intelectual e estratégica, o que consideramos inaceitável e quer tem, agora, o seu corolário através da distribuição de um Boletim Municipal que, na verdade, é um Boletim de Campanha de exclusiva autopromoção da atual autarca, sem qualquer fotografia ou referência aos membros da oposição ou a políticas anteriores.

Será fácil desmontar o logro que é a referida publicação, quer pela comparação com as publicações de campanha eleitoral 2021 da CLIP quer, por exemplo, pela consulta à ata nº 40 da reunião de Câmara Municipal de 06.10.2021, onde vêm elencados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pt

várias obras ou atividades em curso no início do atual mandato. Para que não restem dúvidas!

Temos assistido, durante o atual mandato PSD/CDS a uma mera gestão corrente do município, com distribuição de verbas por rubricas correntes, além da cativação dos percentis minoritários de obras contempladas em projetos cofinanciados na sua quase totalidade, vindos do passado. Essas obras têm-se arrastado muito para além do previsto parecendo aguardar, as inaugurações, o ano eleitoral que se aproxima. Coincidências...

Daquilo que os portalegrenses e o concelho ambicionam, um autêntico vazio, havendo ainda o interromper do que já vinha sendo preparado de mandatos anteriores e que carece de vontade, ambição e coragem e de que são exemplos:

- a) O Plano Estratégico para a Fundação Robinson, deliberado em reunião de Câmara de 10 de julho de 2019 e apresentado em sessão da Assembleia Municipal em 15 de julho de 2019 (conforme consta nas respetivas atas foi totalmente congelado, tendo-se perdido três anos sem nada fazer. Chama-se a isto incúria.

Nem a aprovação de uma moção por esta Assembleia em junho 2023, que deu lugar a uma Assembleia Municipal Extraordinária estéril em outubro de 2023, fez acordar a Sr.^a Presidente, preferindo manter uma posição de alheamento e inércia. À data a Sr.^a Presidente continua sem assumir a sua responsabilidade como presidente do Conselho de Curadores e sem designar um Conselho de Administração, que prossiga o já consensual caminho da extinção da FR e de transformação daquele espaço e preservação de bens históricos ao serviço de Portalegre;

- b) A estratégia Local de Habitação, que foi delineada em 2020 e aprovada em abril de 2021 com uma dotação de 28,5 milhões de Euros, que não passa de uma miragem, sem execução ao fim destes 3 anos de mandato.
- c) A proposta de orçamento, que hoje é discutida e votada pela Assembleia Municipal, não mostra qualquer intenção política presente, mantendo rubricas sem dotação e indicando a eventualidade de obras em anos futuros, sem qualquer fundamentação ou enquadramento previsto, numa estratégia de ilusão e promessas;
- d) A Câmara Municipal de Portalegre, ao invés de ser o motor estratégico de organização e dinamização de todo o concelho – é isso a política autárquica – parece estar a transformar-se numa entidade de mera gestão funcional corrente e de gestão de eventos de entretenimento e diversão, que nunca poderão ser a base de desenvolvimento, investimento e capacitação.

Assim, ao abrigo da alínea i) do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal de Portalegre, os eleitos pela Candidatura Livre e Independente por Portalegre (CLIP), vêm propor que a Assembleia delibere:

- a) Reprovar a falta de ética do atual Executivo Municipal pela apropriação intelectual e apropriação política inaceitáveis de ações municipais que transcorrem das decisões de executivos anteriores, bem como de sugestões dos membros da oposição, sem nunca os mencionar, e tomando-os como

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

JPZ

exclusivamente seus, através da edição de um Boletim Municipal dirigido pela atual presidente do município. Esta publicação nada mais é que um descarado Boletim de Campanha Eleitoral, pago por dinheiros públicos dos munícipes, sem qualquer intervenção dos eleitos da oposição, como exigido, por exemplo, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, através da sua Diretiva 1/2008 que indica explicitamente no seu nº 8 que “Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos.”

- b) Censurar a falta de capacidade política do atual Executivo Municipal em conduzir o Concelho de Portalegre a uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentado, ambicioso e diferenciador que deverá ser desiderato de qualquer Presidente da Câmara.

Portalegre, 18 de dezembro de 2024
Grupo Municipal CLIP

O senhor presidente de mesa agradeceu a apresentação da moção, mas chamou a atenção que pelo teor que tem deveria ter sido apresentada antecipadamente, é longa e com muitos aspetos em consideração, pediu que fosse distribuída aos grupos municipais e constatou que esvazia o que é a conferência de representantes, todos os grupos municipais tem atuado com lisura, com respeito o que tem permitido uma análise clara e rigorosa das moções apresentadas, pelo que gostava que o procedimento na realidade tivesse sido outro.

Sara Sardinha no uso da palavra pediu desculpa mas não consegue compactuar com determinadas coisas, fora dito que a moção não foi apresentada aos grupos municipais porque não estava preparada, não digam que a moção não estava preparada, uma moção estruturada, estudada, com grande antecipação, mais triste ainda é que na reunião de representantes a CLIP esteve ausente, não se fez representar nem sequer apresentou justificação, não consegue compactuar com isso.

João Pina pediu que fizessem chegar a moção e que dessem tempo para poder ser analisada, na medida em que necessitam de decidir o sentido de voto, o tempo de discussão do período antes da ordem do dia está esgotado, o senhor presidente já expressou o seu estado de alma e que achava que não deveria ter sido apresentada assim, concordam, mas o plenário decidiu o contrário.

A moção foi distribuída à mesa e aos grupos municipais.

O senhor presidente informou que seria votada no período de votações e deu a palavra à senhora presidente de câmara.

A senhora presidente de câmara tomou a palavra e sinalizou que diria o que pensa do teatro apresentado. Claramente a bancada do CLIP enganou toda a assembleia municipal de forma escandalosa, e abusou da boa-fé do senhor presidente da

20

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

assembleia, que não quis exercer a sua autoridade e que deixou que a moção fosse votada. Foi uma moção que foi trabalhada antecipadamente, a conferência de representantes serve para concertar estas questões, o CLIP não se fez representar nem justificou a ausência, esteve-se meia hora à espera que aparecessem, um desrespeito total às outras bancadas, prepararam a moção como se percebeu da sua leitura, é uma amálgama de coisas, é o dizer mal, o lavar roupa suja, para virem à assembleia achincalhar, terminou como tinha começado o CLIP enganou, ludibriou toda a assembleia municipal, traziam a moção preparada, só se no breve intervalo que o senhor presidente deu utilizaram a inteligência artificial para a criar. Ricardo Romão disse que surgiu no decorrer da discussão, mas já traziam a moção preparada e abusaram da boa-fé do senhor presidente da assembleia.

Em Defesa da Honra Ricardo Romão disse que ninguém dissera que a moção não tinha sido preparada, não foi escrita no intervalo, a ausência da moção na conferência de representantes é óbvia, no dia dessa reunião de representantes ninguém tinha conhecimento do boletim municipal, seria impossível uma moção sobre algo desconhecido.

Não houve mais intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao período da Ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Diogo Aragonez no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e público em geral, desejou um sincero voto de boas festas a todos, relativamente ao relatório de atividade municipal, não encontrou no mesmo referência ao dia que se vivera na semana anterior, visto ter sido assinado o contrato da empreitada da Barragem do Pisão. Mencionou que começara a sua vida política por volta de 2016 e recorda-se de não ouvir falar sobre a Barragem do Pisão, a primeira vez que ouviu o tema foi na atividade da concelhia do Partido Socialista dia 17 de junho de 2018. Apercebeu-se que é um assunto que tem décadas, claro que os louros da construção da barragem não são do Partido Socialista, a política é feita do debate de ideias, defende-se aquilo em que se acredita, mas mais do que isso a política é feita de consensos, de união por projetos transformadores da realidade, e só quando se trabalha em conjunto é que muitas vezes se consegue mudar a realidade a que estão sujeitos. A Barragem do Pisão é um bom exemplo disso, mudar a realidade do distrito para melhor, assim como a vida das pessoas para melhor. Quem está na política deve ter a capacidade de olhar o dia-a-dia mas também a capacidade de olhar para o horizonte, de que é exemplo a barragem do Pisão pela sua magnitude, todos temos que olhar para o horizonte tal como se fez com a Barragem do Pisão, perceber o objetivo distrital que unirá a todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

no futuro. Pensar o projeto do distrito de Portalegre para o futuro. Durante estes anos ouviu-se muitos cétricos sobre a construção da barragem, inclusive na presente reunião, onde se disse que ainda não foi construída e se verá, a senhora presidente da câmara municipal de Portalegre ocupou o lugar de vice-presidência da CIMAA, se a responsabilidade era de todos, agora é ainda mais da senhora presidente enquanto vice-presidente da CIMAA, fazer o projeto da barragem acontecer e não deixar que fique pelas palavras e não passe aos atos, acabou saudando todos os envolvidos no distrito e no país pelo projeto da Barragem do Pisão.

A senhora presidente de câmara indicou que não estava referido no relatório porque é uma obra que é da CIMAA, é de todos os municípios, logicamente também é do município de Portalegre, de igual forma como é de todos. Todos os municípios pagaram exatamente a mesma verba, os autarcas são unânimes quanto ao mesmo, houve um trabalho do anterior governo que foi importante e está em curso um trabalho do atual governo muito importante. Sabendo que sendo um investimento PRR, esteve em risco, e este governo atravessou-se pela Barragem do Pisão, permitam-lhe o termo, apoiou e não deixou cair, porque está um pouco atrasado em relação ao previsto em termos de PRR. É uma matéria que une a todos, e as verbas utilizadas foram até agora dos municípios, ainda não há um cêntimo do governo central investido, mas vai acontecer, vai ter de existir uma fatia do orçamento de estado para executar a barragem, mas sim é importante dar essa nota para tranquilizar as pessoas, porque foram setenta anos a falar da Barragem do Pisão e nunca aconteceu, deu uma reportagem na televisão onde perguntavam às pessoas do Pisão e estas não acreditam, logicamente querem ver para crer, a própria acredita, acompanhou o processo deste o início nesta última vaga, fez parte do primeiro grupo com orgulho e considera que peca por tardio, e peca por uma área diminuta de regadio, acha que devia ser mais, compete a todos lutar para melhorar o aproveitamento da barragem. Sim é importante realçar o assunto.

Ricardo Romão no uso da palavra perguntou, na página 53 em que refere-se uma solução fotovoltaica para a Zona Industrial, perguntou pormenores, resulta de quê; quanto à página 54 a referência aos percursos cicláveis em Portalegre perguntou quais são esses percursos, que vias estão previstas; depois em relação à página 64 refere a reabilitação dos 108 fogos, candidatura cuja taxa de execução é 1%, e fazendo ligação à moção apresentada, perguntou qual é o ponto de situação da estratégia local de habitação, onde eram previstos inicialmente 28 milhões, agora uma candidatura de 9 milhões e uma taxa de execução de 1%; gostaria ainda que a senhora presidente esclarecesse na página 65, em que é indicada a aquisição de dois autocarros não financiados por falta de dotação do Fundo ambiental, se o investimento vai ou não ser feito.

A senhora presidente de câmara informou que tem sido aplicadas várias soluções fotovoltaicas, por exemplo na rotunda do Cavalo, na rotunda do Megre, e à semelhança será aplicada na iluminação da rotunda da zona industrial perto da Vetal.

22

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação às ciclovias, a referência é ao projeto técnico que vai ser entregue com brevidade, o que está a ser executado é o projeto técnico, e irá ser apresentada candidatura para ser feito esse investimento e que está previsto no orçamento. Relativamente ao 1º Direito, fez-se 108 projetos técnicos para a reabilitação de 108 fogos propriedade do município, foram lançados vários concursos públicos, alguns conjuntos e ficaram desertos, pelo que estão a ser lançados concursos públicos em separado e estão a ser adjudicados, mas fará um ano em fevereiro que a candidatura PRR foi aprovada, elaboraram-se os projetos técnicos e está-se em fase de concursos. Relativamente aos autocarros elétricos, a candidatura foi aprovada mas não financiada por falta de dotação do Fundo Ambiental, de momento não serão comprados, a câmara municipal está em processo de compra de dois autocarros e os SMAT compraram um autocarro *diesel* que já chegou.

João Pina colocou um ponto de ordem à mesa, e questionou a razão pela qual o relatório da atividade municipal vem sempre mais tarde, porque torna difícil a sua leitura e o relatório é muito extenso, percebe que seja para a informação ser o mais completa até à hora da assembleia, mas honestamente seria preferível vir uma semana mais cedo, tornaria a sua leitura mais informada.

Ricardo Romão reformulou a pergunta da Zona Industrial, na zona de expansão que já foi inaugurada há um ano mas continua às escuras, já levantaram essa questão numa reunião do executivo em setembro passado, tendo sido informado pela senhora presidente que estaria em resolução, é uma obra nova, removeram-se grelhas das árvores e continua sem iluminação, perguntou em que fase se encontra porque uma obra inaugurada há um ano está abandonada nessas questões. Voltou ao boletim municipal, entroncando com a página 50 do relatório de atividade municipal, a empreitada de requalificação da piscina municipal de Portalegre, com um valor de 2 milhões de euros, mas o boletim municipal fala em 3 milhões, os tais munícipes que não tem acesso aos documentos estão a ser informados que vai haver uma obra de três milhões, e uma diferença de um milhão de euros é assinalável.

A senhora presidente de câmara, referindo-se à intervenção de Ricardo Romão, explicitou que a zona industrial ampliada foi inaugurada pelo atual executivo, e que a obra não está abandonada, tanto não está abandonada que no momento já foram vendidos todos os lotes de terreno, está ainda sem iluminação, mas não é estar abandonada, enfim é o que é. A iluminação tem sofrido dificuldade que não lhe agradam, apresentaram um projeto à EDP que esta aprovou, mais tarde quando solicitaram a disponibilização da luz, veio a EDP pedir alterações ao projeto, é pela burocracia e dificuldades associadas que não foi possível ainda concluir a iluminação, por mais que exista esforço interno e existe, a informação que tem é que estará quase mas não se compromete com prazos porque não depende da câmara, depende da EDP, mas estará quase.

Quanto ao início, talvez pelo facto de estar sem iluminação, foram furtadas três grelhas das árvores e à cautela o município retirou as grelhas e guardou-as, mas

23

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

voltarão a ser colocadas assim que haja condições. Em relação à empreitada da piscina municipal, a discrepância de valores decorre do fato de, na página 50 do relatório vir a informação que foi lançado um concurso de 2 milhões de euros, mas esse concurso ficou deserto, houve propostas a rondar os 3 milhões, daí ser entendimento da necessidade do reforço com essa dimensão, e será lançado novo concurso no início do ano que vem obviamente se o orçamento for aprovado, porque esse reforço está contemplado no orçamento para cabimentar os três milhões que venham a ser necessários. 2 milhões de euros é o valor do concurso e haverá um outro na ordem dos três milhões.

Carla Mocito cumprimentou todos os presentes e desejou votos de boas festas em geral também para quem assiste em casa, referindo-se ao relatório da senhora presidente, na página 63 encontra-se informação sobre a escola Cristóvão Falcão, assunto já debatido em anteriores assembleias e perguntou o ponto de situação. De seguida falando da organização do evento da passagem de ano, deixou um alerta porque no ano anterior na festa de passagem de ano ocorrera falta de restauração, ou seja, as pessoas vieram para a cidade de Portalegre aproveitar a festa e não encontraram apoio de restauração, talvez uma comunicação um apelo à restauração para que os visitantes não saiam defraudados da sua vinda. Sobre a Feira dos Vinhos de Altitude, perguntou se estão disponíveis números de visitantes e se é feita monitorização da evolução em relação aos anos anteriores. Deixou a sugestão quanto ao espaço, que é fantástico mas começa a ser curto para o evento e devia alargar-se um pouco, Portalegre dispõe de património e espaços igualmente fantásticos que podem ser usados e pode-se alargar para dar mais visibilidade aos que participam. Em relação ao dia do Enoturismo, como só vem números para um dos locais, quis saber se está a ser monitorizada a sua evolução ao longo dos anos, se precisa ou não de ser remodelado, para não se tornar repetitivo.

A senhora presidente de Câmara referiu-se à obra da Escola Cristóvão Falcão afirmando que tinha um montante de 5 milhões de euros, recordou que é muito diferente do que inicialmente fora previsto, passou a ser muito mais abrangente, estavam previsto 2,5 milhões. Apenas faltam executar 600 mil euros, a obra já retomou após a decisão da providência cautelar que mudou o líder de consórcio. Corrigiu a informação do relatório, porque já tem aprovado mais 1,7 milhões de euros (afinal sabem onde estão os fundos comunitários e também os vão conseguindo), e no relatório consta como aguardando aprovação. Portanto a Escola Cristóvão Falcão tem financiamento a 100%, e falta apenas executar 600 mil euros. Em relação ao alerta para a passagem de ano considerou pertinente, sabe que sucedeu isso no ano anterior, pessoas que estavam na cidade em unidades hoteleiras e não tinham onde jantar, serão sensibilizados os restaurantes, não os podem obrigar, mas compete ao município sensibilizar para essa questão.

Em relação à Feira dos Vinhos de Altitude foi um evento que correu muito bem em conjunto com a Feira de Tascas e Bodegas, houve cerca de 2800 visitantes, o saldo é positivo, os empresários ficaram satisfeitos, recordou que no primeiro ano tiveram que

24

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

incentivar as empresas a participarem, agora não há empresa que não queira estar presente no evento, obviamente que o evento tem margem para melhorar e crescer. Relativamente ao dia do Enoturismo, embora tenha corrido bem, e sendo uma pessoa que gosta de arriscar e pegar nos eventos e mudar e dar outra roupagem, sentiu que o dia do Enoturismo precisa de alguma coisa de diferente, seria positivo para todos, os eventos vão caindo na rotina e é importante que se faça no dia do Enoturismo algo diferente para inovar.

Amândio Valente no uso da palavra perguntou no que toca à obra da escola Cristóvão Falcão, com todas as alterações que houve, se está garantida a conclusão da obra, com a tranche dos 600 mil euros, de seguida perguntou no que toca à recuperação das habitações sociais, que está com uma taxa de execução de 1%, se há prazo de execução da obra, finalmente e sendo uma má notícia para Portalegre não ter sido dotado a aquisição dos dois autocarros elétricos, constatou que a candidatura foi aprovada mas não foi dotada financeiramente, provavelmente as dotações financeiras foram para as áreas metropolitanas, o que acentua a situação desfavorável da nossa região nessas questões, perguntou se o fundo não dotado para Portalegre se encontra perdido para futuro, ou seja, se haverá novos prazos para candidatar o valor não dotado agora.

A senhora presidente de câmara disse que o fundo não está perdido, o que aconteceu em Portalegre aconteceu a inúmeros municípios, a opção foi apoiarem entidades que apresentaram candidaturas com muitos milhões, máximas de 12 milhões por exemplo, as candidaturas mais pequenas dos municípios mais pequenos ficaram sem dotação, mas vai haver mais avisos, terá de haver mais avisos, já reclamaram e considerou profundamente injusto, funciona ao contrário, portanto tem esperança que venham a existir outros avisos. Retornando à escola Cristóvão Falcão, como já dissera tem o financiamento todo garantido, assinou-se em outubro o contrato da verba que faltava de 1,7 milhões de euros, que já está executada em parte porque só falta pagar 600 mil euros, portanto mais de metade já foi executada, em termos de garantia a obra vai ser terminada agora, quando não pode dar essa garantia, acrescentou que o que falta executar na obra, basicamente é equipamento, computadores e outros, carpintarias, portas, mobiliário e afins, o grosso da obra já está. Estão a trabalhar com a empresa para que a obra chegue ao seu fim, já não cumpriram e a providencia cautelou atrasou um pouco mais, já se conseguiu 90% aproximadamente também se vai conseguir o que falta.

Diogo Aragonez retomou a palavra e referindo-se à conservação e restauro do Museu da Tapeçaria, que refere alteração ao documento normativo de preservação de tapeçarias, tendo em conta o desaparecimento de uma tapeçaria recentemente, o que está previsto para a segurança das peças, se o documento normativo vai ao encontro não só da preservação das peças mas se contempla também a segurança das peças, sendo o museu das Tapeçarias uma das jóias da Coroa é pertinente enquadrar-se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

segurança das peças. Para além disso referiu-se à candidatura da valorização das tapeçarias, qual o ponto de situação da candidatura.

A senhora presidente de câmara passou a palavra à vereadora do Pelouro para esclarecer os assuntos. A senhora vereadora Laura Galão cumprimentou todos os presentes, e informou que o documento normativo está a ser ultimado para dar resposta não só ao funcionamento do museu, colaboradores, número de pessoas ao serviço, postos de trabalho, normas de funcionamento e visitas ao museu, o acompanhamento e os moldes em que são feitas as visitas, é no fundo um normativo que é necessário e que fará falta para a candidatura à rede de museus de arte contemporânea, e é uma das exigências da candidatura e é nessa lógica que o documento está a ser elaborado. Relativamente à segurança das peças informou que já está em funcionamento a videovigilância no museu, pelo que se garante a proteção das obras do museu também dessa forma. Em relação à candidatura de valorização da tapeçaria de Portalegre, de um total de 419 mil euros, financiada a 70% pelo Turismo de Portugal, no momento está executado cerca de 80%, realizou-se a fase 1 com um concurso público que já está a decorrer, já se realizou a inventariação do acervo da Manufatura, já foi entregue também o *dossier* para se inscrever o 'Ponto' de Portalegre no inventário nacional do património imaterial, esse dossier está pronto e será brevemente presente em reunião de câmara, está a decorrer um concurso para a produção de um cartão para tapeçaria, estão selecionados vinte artistas que fizeram em Portalegre uma residência artística, já patente nas redes sociais, se quiserem acompanhar, o roteiro da tapeçaria está praticamente pronto, um roteiro através de uma aplicação que será disponibilizada e que permite localizar tapeçarias que estejam em vários pontos do país, portanto há um conjunto de intervenções realizadas e desenvolvidas e que a candidatura estará concluída muito em breve, são medidas que vão promover a Tapeçaria de Portalegre e elevar o seu estatuto ao lugar que ela merece.

Finalizou com uma nota resumo do Enoturismo, efetivamente o dia do Enoturismo seguiu o modelo que já estava implementado, mas ressaltou que se estendeu o dia do Enoturismo aos núcleos museológicos da cidade e das freguesias rurais, já há dois anos que estenderam à freguesia de Reguengo e da Ribeira de Nisa, no Museu da Cestaria e no museu Emílio Relvas, o modelo é o mesmo mas já se inovou no sentido de dar oportunidade a que as visitas fossem estendidas às freguesias e não apenas no centro da cidade como anteriormente. Está-se a pensar no próximo ano programar estender dois dias e realizar visitas a adegas, pretende-se que o dia do Enoturismo seja estendido para o exterior com visita no terreno a adegas, portanto o fim-de-semana de Enoturismo poderá servir como cartão-de-visita para a feira dos vinhos. É a evolução que tem planeada para o evento.

Não houve mais intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

2. Ata n.º 21 referente à reunião realizada em 26 de setembro de 2024;

Ata n.º 22 – 18/12/2024

26

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

- 3. Para designação - Designação pela Assembleia Municipal de cidadão/o para integrar a CPCJ de Portalegre na modalidade alargada, para completar a vacatura aberta de um lugar, designado pela CDU;**

O senhor presidente indicou que tinha sido informado pela CDU da designação da Dra. Tânia Isabel Rodrigues Balola, de 44 anos, doutorada em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento.

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

- 4. Para deliberação – 10º Relatório de Monitorização da Implementação da Estratégia de Reabilitação Urbana das ARU's de Portalegre, Alegrete e Carreiras, ano de 2023, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;**

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.

O senhor presidente de mesa indicou que tinha sido acordado em conferência de representantes abordar os dois pontos seguintes em conjunto, visto serem da mesma freguesia.

- 5. Para conhecimento - Relatório Semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;**
- 6. Para conhecimento – Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa de Carreiras, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;**

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou aos pontos seguintes, que também seriam abordados conjuntamente.

- 7. Para conhecimento - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, presente em reunião ordinária da CMP de 07.10.2024;**
- 8. Para conhecimento - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, presente em reunião ordinária da CMP de 07.10.2024;**

27

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou aos pontos seguintes, que também serão abordados conjuntamente.

9. **Para conhecimento - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela Junta de Freguesia de Alegrete, presente em reunião ordinária da CMP de 04.11.2024;**
10. **Para conhecimento - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela Junta de Freguesia de Alegrete, presente em reunião ordinária da CMP de 04.11.2024;**

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa passou aos pontos seguintes, indicou que eram referentes a taxas e impostos municipais, e que tinha sido acordado em conferência de representantes que seriam abordados em conjunto.

11. **Para deliberação – Proposta para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;**
12. **Para deliberação - Proposta para fixação do percentual da Derrama a cobrar no ano 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;**
13. **Para deliberação - Proposta para fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;**
14. **Para deliberação - Proposta para fixação do percentual da Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;**

Sara Sardinha no uso da palavra disse que queria realçar a questão do IMI, era um compromisso eleitoral, nunca duvidaram que iria ser cumprido, e surgiu 0,30% para o ano de 2025, saudou ainda a continuação da descida do IRS, que é mais um incentivo às famílias e um aumento no rendimento dos municípios, é assim que se vai cumprindo o trabalho a que se propuseram.

João Pina, no uso da palavra referiu-se aos impostos municipais e disse que é referido no boletim municipal que o IMI é o mais baixo 0,30%, que o IRS baixa de 3,75, para 3,25%, perguntou se havia previsão da baixa dos impostos em termos de perda de receita municipal, ou seja qual é a perda para a Câmara Municipal, se uma grandeza ou um grau elevado ou pequeno, para os portalegrenses saberem quanto prescinde a Câmara para dar aos municípios essa baixa de impostos, em termos de diferença face ao ano anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A senhora presidente de câmara, frisou que era uma previsão, e informou que em termos de IRS, realçando que embora não sendo uma promessa eleitoral, com a baixa do IRS prevê-se uma perda para o Município de 74 mil euros, ou seja prevê-se um benefício para as famílias de 74 mil euros, em termos de IMI, essa sim uma promessa eleitoral de baixa para a taxa mínima, uma diminuição drástica porque é o valor que defende para ser aplicado no município de Portalegre, cerca de 180 mil euros, um valor relevante, se o município não o recebe as pessoas também não o pagam, ficam nos bolsos das pessoas, considerou que é uma questão de justiça, sempre defendeu a diminuição de impostos, não considera que faça sentido nos municípios do interior taxa máxima, há municípios que aplicam taxa máxima e municípios ao lado que aplicam taxa mínima, é defensora da taxa mínima de IMI, por isso a colocou no programa eleitoral e por isso abdica dessa verba.

Ricardo Romão no uso da palavra chamou a atenção que na minoração dos 30%, à semelhança de anos anteriores, já haviam falado o assunto em assembleia municipal, verificou-se que havia uma proposta para ser automática no centro de Portalegre e Alegrete e Carreiras, mas não na zona industrial. Indica-se que as pessoas teriam de realizar o pedido até 13 de dezembro, pesquisou o passado e encontrou que essas taxas vieram à Câmara em Setembro (no ano 2000), portanto é possível definir-se as taxas mais cedo, para dar tempo às pessoas. Em anos futuros ter-se a discussão sobre as taxas mais cedo, ou em alternativa prolongar o prazo dado aos munícipes, porque não faz sentido estabelecer prazos para as pessoas pedirem a minoração de uma coisa que ainda não foi aprovada, é preciso acautelar a questão formal.

A senhora presidente de câmara reforçou que fora por isso que divulgaram, para chamar a atenção das pessoas para a questão, todos os anos recebem-se muitos pedidos e entrou apenas um pedido fora de prazo e foi aceite, porque sempre foi hábito na Câmara Municipal aceitar esses pedidos, mas de facto pode-se decidir mais cedo e a assembleia de setembro é uma possibilidade, contudo as pessoas estão muito habituadas e não se esquecem de colocar o pedido em dezembro.

Não houve mais intervenções e o senhor presidente de mesa passou para o ponto seguinte.

15. Para deliberação - Plano de Ação Climática de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Lúcia Oliveira no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e os munícipes em casa, de seguida e referindo-se ao Plano de Ação Climática, referiu que embora seja uma obrigação legal, deve ser encarado como mais do que isso, o plano deve representar um compromisso coletivo do município e de todos os seus habitantes para alcançar a neutralidade carbónica, bem como construir uma comunidade resiliente e sustentável. Não sendo possível resumir as 283 páginas do relatório, destacou três pontos relevantes e essenciais. Uma das questões fraturantes do nosso território é a pobreza energética, consta do atual diagnóstico de forma muito clara, muitos

29

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

municípios enfrentam dificuldades para aquecer as suas casas durante o inverno, e para arrefecer as mesmas durante o verão, o que coloca vidas em risco e intensifica as desigualdades sociais. O programa de gestão e valorização de Biorresíduos em Portalegre tem enfrentado desafios significativos, e em grande parte devido à baixa adesão da população, apesar do enorme potencial do programa, para promover a economia circular, reduzir emissões de carbono e criar benefícios económicos e ambientais locais, muitas pessoas continuam sem entregar a separação de biorresíduos, o que exige que se unam forças para encontrar soluções práticas e eficazes. No âmbito do eixo de intervenção de edifícios e espaços públicos destaca-se a promoção da autossuficiência energética nos edifícios municipais, em estruturas existentes e novas construções. Adicionalmente destaca-se o incentivo à adoção de tecnologias e armazenamento de energia e sistemas de monitorização inteligente. Em suma este plano não será eficaz sem a mobilização real de todos os setores da sociedade, desde a autarquia, passando pelas empresas e associações locais e cada cidadão, no entanto há que ser claro, os cidadãos só estarão motivados a colaborar, se sentirem que as mudanças propostas tem um impacto positivo e direto no seu dia-a-dia. Reconhece-se o risco do plano ser tratado apenas como um exercício técnico e burocrático, também o é, mas isso não pode acontecer, o plano deve e tem de ser um instrumento vivo sujeito a monitorização constante, mas aberto à participação pública e capaz de se adaptar às novas realidades e desafios que possam surgir. Apela-se ao município que adote uma estratégia de comunicação eficaz, amplie o acesso aos fundos e promova formação nos setores agrícolas, industriais e comerciais locais.

O senhor presidente de mesa agradeceu a intervenção e notou que não houve perguntas tratou-se de um comentário e passou aos pontos seguintes que iriam ser abordados em conjunto, conforme fora definido em conferência de representantes.

16. **Para deliberação - Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovados em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;**
17. **Para deliberação - Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2025, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovados em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;**
18. **Para deliberação - Mapa de Pessoal para 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovado em reunião extraordinária de 29.11.2024;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Pina no uso da palavra e referindo-se a uma intervenção dos vereadores do partido socialista na reunião do executivo sobre os assuntos, questionou o que se passa com o plano de mobilidade urbana sustentável, o prazo está esgotado para as Câmaras terem esse plano e nada acontece. De seguida perguntou o que está programado, que estratégia está programada para a renovação da frota automóvel urbana.

Amândio Valente no uso da palavra destacou que o orçamento dos SMAT andarà à volta dos 6 milhões e 800 mil euros, com um saldo que transitou do ano passado de 1 milhão e 200 mil euros, e no final do exercício prevê-se um saldo de gerência de 438 mil euros, no final de 2025, portanto perguntou se está pensado realizar um investimento significativo na rede e nos transportes públicos, tendo em conta esses números.

A senhora presidente de câmara deu a palavra à senhora vereadora que exerce a presidência no conselho de administração dos SMAT.

A senhora vereadora Laura Galão, indicou que o orçamento é de 6 milhões e 962 mil euros, só no fecho de contas serão incluídos esses valores, e cingindo-se ao valor do orçamento, indicou que será para fazer face às despesas correntes e para investimento, o investimento será feito nos vários setores de atividade, saneamento, na água na remodelação de redes, em medidas de monitorização e controlo de perdas que é um setor muito importante quer a nível económico quer a nível ambiental, e ainda o investimento no serviço de transportes. A candidatura não teve dotação mas vai-se continuar a insistir nessas candidaturas porque o compromisso é ter uma frota cada vez mais sustentável, o que se encadeia com o ponto anterior do plano de ação climática, pelo que são necessárias medidas para se atingir a sustentabilidade ambiental, e nesta lógica o sector dos transportes é preponderante e onde terá que ser feito maior investimento. Obviamente que tem preocupação com a frota e pretende-se voltar a candidatar, para se passar para veículos de energia verde, enquanto isso é necessário reforçar a frota, porque as viaturas tem anos de vida prolongados, e tem-se reforçado com veículos de combustível fóssil, este ano o município participou a aquisição de duas viaturas, e pretende-se no futuro caminhar para uma frota verde, e a estratégia é todos os anos conseguir ir substituindo as viaturas ao serviço, apesar do magro orçamento. Este ano aumentou o número de clientes, o número de viagens, o número de rotas, o que torna necessário a substituição das viaturas, o que está elencado no plano de ação climática, as medidas estão lá identificadas e resultaram de longos dias de trabalho de equipas multidisciplinares, que abordaram as questões dos edifícios (eficiência energética dos edifícios), dos transportes (renovação da frota), da energia (fontes renováveis), e portanto há sintonia entre o município e os serviços municipalizados, para se obterem resultados no plano de ação climática. Aproveitou para frisar, quanto à participação pública mencionada pela interlocutora anterior, que houve uma sessão pública para discutir o plano de ação climática, que infelizmente teve um participante, no dia 15 de julho, onde seriam aceites contributos para o documento, efetivamente não apareceu ninguém, e agora há essa necessidade de

31

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que seja cumprido e implementadas as medidas, gostava de ter recebido participações e contributos na altura, porque o documento foi colocado à discussão de toda a comunidade.

O senhor presidente de mesa agradeceu e passou aos pontos seguintes que seriam também abordados em conjunto, à semelhança dos anteriores, conforme definido em conferência de representantes.

19. **Para deliberação - Orçamento para 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;**
20. **Para deliberação - Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2025 a 2029, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;**
21. **Para deliberação - Mapa de Pessoal do Município para 2025, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;**

João Pina no uso da palavra disse que era um orçamento de continuidade, pouco ambicioso, cuja visão estratégica discordam profundamente, gere-se o dia-a-dia, e as pequenas obras que a senhora presidente fala, dificilmente serão transformadoras de um concelho, que está a perder população a um ritmo alucinante, não é só o distrito que perde população, o concelho também perde população. Realizou um estudo sobre a perda de eleitores no distrito de Portalegre, mas sobretudo no concelho de Portalegre, e ver os dados eleitorais assusta. A senhora presidente viu como uma coisa má, que uma pessoa que estudou em Portalegre agora trabalhe em Lisboa, como o próprio, mas há mesmo que ir, por falta de oportunidades em Portalegre. É curioso, e deixou a nota para a população, que quando foi para Lisboa pensou não voltar para Portalegre, e durante a pandemia descobriu a qualidade de vida que se pode ter em Portalegre, não há oportunidades mas há qualidade de vida numa cidade do interior, deu o exemplo do ar da Serra, o tempo que não se perde, as coisas mais baratas. A falta de oportunidades reflete-se na falta de ambição do orçamento, e é a razão pela qual geração atrás de geração vão ter de continuar a ir trabalhar para fora, não há forma de captar pessoas em Portalegre. Por um lado congratularam-se que todas as propostas de alteração orçamental do partido socialista estão contidas no orçamento, por abertura do executivo, ou seja todas as rubricas que pediram para abrir foram abertas, no entanto há duas questões que merecem nota. A questão do eleitoralismo de abrir rubricas com 1 euro e propostas para 2026, chamou-lhe 'treta orçamental', a quantidade de rubricas abertas com 1 euro e que é uma 'treta', e parte delas promessas para 2026. A senhora presidente pode dizer que é legal e que pode fazer, sim pode, mas é atirar areia para os olhos das pessoas, dizer que um dia far-se-á o pavilhão multiusos, abriu-se a rubrica com 1 euro, daqui a 2 anos far-se-á o estudo e daqui a uns 15 ou 20 anos haverá um pavilhão multiusos em Portalegre. Por fim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

perguntou como é que se continua a aprovar um orçamento, em que não se tem a mínima ideia da dívida da Fundação Robinson, a presunção da dívida da Fundação Robinson data a 2019, com base em 2019, e a dívida pode ser bastante superior. Perguntou sobre a dívida da Fundação Robinson, porque *'your guess is as good as mine'* e não se sabe qual será o valor da dívida, ninguém faz ideia de quanto será e é essa a questão, a presunção de assunção de dívida.

A senhora presidente de câmara disse que não concorda que se diga que os municípios perdem população por sua culpa integral, aliás no distrito de Portalegre a media de perda de população do concelho de Portalegre, dentro do distrito e de todos os concelhos, Portalegre é dos que perde menos, Portalegre não é dos piores. A perda de população é das questões mais graves, com a qual um autarca se debate e nisso concorda e julga que todos concordam, mas não resulta apenas do trabalho do município, tem influencia mas não é só, não se deve colocar a discussão nesse prisma, acredita piamente que só com medidas de discriminação positiva para o interior muito fortes se pode inverter a situação, e não é com diminuições de IRC de 5%, teria que ser com valores muito fortes, incentivos fortes para se atenuar essa situação. Temos uma população muito envelhecida, e a população que nasce nunca compensa a que se vai perdendo, é um exercício fácil de fazer, e o número de habitantes que se vai captando e as pessoas que mudam de terra. Nesse aspeto considera que está à vontade, o interlocutor disse que saiu de Portalegre, mas a própria por opção nunca saiu de Portalegre, nunca quis, quando se formou poderia ter ido para Lisboa e nunca quis ir, não se sente seduzida pela vida de Lisboa, sempre decidiu fazer vida em Portalegre e na região. Os municípios tem feito o seu trabalho e se não fosse o trabalho dos municípios, a perda de população ainda seria pior, os municípios tem feito investimentos ao contrário dos governos centrais, é difícil encontrar investimentos relevantes no distrito de Portalegre feitos pela administração central, até a Barragem do Pisão teve de ser a CIMAA a assumir, sempre entendeu que devia ser uma obra da responsabilidade do governo, nomeadamente do ministério das infraestruturas em conjunto com o ministério da agricultura, mas foi a CIMAA que abraçou esse projeto e bem. Não se pode dizer que está na mão do município sozinho resolver essa questão, saiu um dado que é público, o concelho de Portalegre foi o concelho do Alto Alentejo com o maior número de projetos PRR aprovados, destacadamente, quase o dobro de outros concelhos com dimensão parecida, portanto os municípios fazem o seu trabalho e o município de Portalegre também faz. Infelizmente a perda de população tem décadas e é presidente de câmara há pouco tempo, pelo que não assume a responsabilidade na totalidade, julga serem precisas medidas do governo muito fortes para o interior, todo o interior sofre do mesmo problema.

Quanto ao pavilhão multiusos, é um projeto novo do executivo atual, segundo julga, porque se estiver *'executado'* não se apercebeu, contudo vai-se elaborar o projeto técnico e não faria sentido cabimentar um valor à cabeça sem saber, até porque não se inventa receita, a receita é a que é, portanto não pode existir mais despesa do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

receita, há que conjugar, é difícil cabimentar os projetos todos, sabendo que vai haver um saldo de gerência para integrar, pode-se mais à frente colocar algum valor para a concretização do pavilhão multiusos quando o projeto estiver desenvolvido. É um exemplo, não há assim tantas rubricas com um euro, apenas algumas, é assim em todos os orçamentos, é no de Portalegre e é nos outros municípios.

Quanto à questão da dívida da Fundação Robinson, sabe da dívida da CGD, porque o banco comunicou essa dívida ao município, também tem conhecimento dos contratos assinados pelo anterior executivo com a banca, também tem conhecimento desses valores. Sabe que quando partir para extinção da fundação, e está a dar-se os primeiros passos para tal, sabe que podem aparecer outras situações em dívida. Deu nota numa das reuniões de câmara que a sociedade corticeira está extinta, foi recentemente extinta, pelo que dentro da fundação resta apenas a câmara, portanto há condições para avançar com a extinção. Aguarda que o CLIP indique um nome para os órgãos sociais, porque desafiou as forças políticas para fazerem parte tanto do conselho de curadores como do conselho de administração, porque é um problema que é de todos, todos estiveram envolvidos ao longo dos anos, pelo que na sua ótica todos tem que fazer parte do processo de extinção, houve disponibilidade dos partidos para integrar o conselho de curadores, falta o CLIP. Fez uma conversa pessoal e ainda não notificou formalmente as bancadas para o efeito, mas estão a dar os passos para procederem à extinção da fundação, obviamente que há uma dívida e a dívida é grande e terão de gerir essa questão, terá de ser paga certamente.

Amândio Valente no uso da palavra e na sequência da reunião ocorrida com a senhora presidente de câmara para análise do orçamento, esta decorreu sobretudo versando a análise qualitativa do mesmo e não com base em valores concretos, nessa continuidade a abordagem da CDU é eminentemente qualitativa e centrada em princípios que são importantes para o desenvolvimento da cidade, do concelho e da região. O orçamento deve ser analisado numa dupla perspetiva, na projeção do ano que vem o ano 2025 mas também olhando para o fim de um período, o cumprimento de 4 anos de mandato. Em termos de números a câmara municipal de Portalegre já viveu um período bem mais difícil, sendo que o atual impacto da dívida nas contas da autarquia poderia permitir uma ação mais arrojada, ao compararmos com orçamentos de cidades à nossa volta, por exemplo Elvas com 44 milhões, Évora 104 milhões, Castelo Branco 80 milhões, Abrantes 61 milhões. Essa é a primeira interpelação que se coloca, como é que nos podemos enquadrar num processo de desenvolvimento territorial, de uma forma competitiva e atrativa. Por outro lado a perda demográfica acentua-se com particular destaque para o envelhecimento populacional e perda de quadros, assim como no rendimento disponível. Partindo dos valores apresentados no orçamento, o exercício de inovação na ação de desenvolvimento do concelho e na valorização de potencialidades locais, remete para uma abordagem que teria de ter um caráter inovador que diferencie Portalegre, que alcance espaço e momentos de centralidade da região, quer nos contextos do país quer além-fronteiras. O sucesso de algumas ações desenvolvidas pelo executivo, há que mencionar pontos positivos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Handwritten signature

fortes nomeadamente 'Vinhos de Altitude' 'Doces Conventuais' 'Festival de Jazz', um programa cultural envolvendo todas as freguesias, redimensionamento da Feira das Cebolas, os eventos desportivos de grande impacto e mobilização de participantes, pediu desculpa se se esqueceu de algum, mas esses exemplos não devem fazer esquecer a progressiva e urgente necessidade de recriação dos conceitos e crescimento no formato e na dimensão financeira e a concorrência de outros territórios que exploram similares potencialidades locais. Não parecem estar essas evidências inscritas no orçamento, e ao fim de um percurso de 4 anos, acresce que a valorização do património na musealização, na memória, nas ímpares oportunidades de desenvolvimento, salvaguardando-se a candidatura da Tapeçaria de Portalegre, bem como a recuperação urbanística, pensar de forma integrada os eixos Praça da Republica – antigos Paços do Concelho – Catedral - museus, o eixo do antigo Café Alentejano - Rua do Comércio – plátano e continuidades, Castelo e zona alta da cidade, como pólos existentes bem definidos ou recuperados. O planeamento da cidade merece uma atenção cuidada, nomeadamente na ligação da zona industrial à cidade, e a ligação da cidade às freguesias e à serra. Uma ação para a implicação da população, uma estratégia de fixação dos jovens quadros, iniciativa de momentos e espaços de reflexão para a partilha de soluções, para o desenvolvimento social, económico, cultural, etc. do território que habitamos, nada disso encontra espaço digno no orçamento e nem sempre é uma questão financeira, por fim um grande problema da cidade e do concelho, as acessibilidades. Concluiu dizendo que a perspetiva da CDU aponta para uma ação proactiva que tenha por base pelo menos dois pressupostos: uma ação local de envolvimento da população, realização de seminários debates e recurso a especialistas, elaboração de estudos para suportar uma ação reivindicativa junto do poder central, que encontre soluções urgentes para os constrangimentos de acesso rodoviário, conclusão do IC13, ligação Lisboa e ao futuro aeroporto, ligação A3 - A23, com prioridade na resolução do constrangimento da barragem do Fratel, e rapidamente muito rapidamente se envolva Portalegre no plano ferroviário nacional e não esperemos por 2030, pelos estudos, neste momento por coincidência a maioria corresponde à maioria governativa, a exigência de ação política e estratégica que se coloca no presente momento é determinante, mais uma vez é determinante para o futuro da cidade, corresponderá o orçamento a tal desígnio? A CDU pensa que fica aquém.

Diogo Aragonez no uso da palavra e referindo-se ao orçamento refletiu sobre o ponto a que chegaram no último ano de mandato. No município de Campo Maior os fundos comunitários pesam 46% do orçamento, Campo Maior vai ter um orçamento de 30 milhões, cerca de 13,7 milhões são de participação comunitária, Ponte Sor mais parecido a Portalegre, embora há uns anos atrás preparou-se para isso e lançou-se na área da aeronáutica, também tem um peso no seu orçamento dos fundos comunitários de 37%, enquanto o município de Portalegre tem um peso dos fundos comunitários no total do orçamento apenas de 8%, poderão surgir novos projetos e novas candidaturas, mas o que é certo é que a equipa que geriu o município nos últimos três anos e cingindo-se à realidade apenas do atual mandato, a verdade é que entram no

35

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Handwritten signature



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ultimo ano de mandato com uma captação de fundos comunitários muito reduzida, e isso preocupa-o como portalegrense. Realizara nas redes sociais um inquérito aos seguidores e as respostas que obteve foram emprego e habitação, as preocupações das pessoas são emprego e habitação, emprego e habitação, pessoas que saíram da cidade e que dizem que saíram, mas queriam mesmo era ficar em Portalegre, mas não conseguem encontrar emprego em Portalegre. É fundamental o tema, é algo que preocupa todos os autarcas, reconhece que nenhum autarca tem má vontade na gestão do município, não acusa isso, mas a verdade é que se precisa de conseguir inverter o declínio populacional que tem vindo a suceder nas últimas décadas, vê isso na sua geração, a grande maioria dos colegas de escola saíram de Portalegre, isso preocupa-o. A senhora presidente dizia que não se pode inventar dinheiro onde não o há, que é difícil ao município conseguir assegurar tudo o que precisa de assegurar, e o município precisa de muito, quando anda pela cidade a pé, para perceber o que está bem e o que está mal, considera que faz parte das suas funções enquanto eleito pelo Partido Socialista, faz esse trabalho e reconhece que há muita coisa por fazer, e não é só estalar os dedos para as coisas acontecerem, mas considera que a partir dos fundos comunitários consegue-se alavancar o investimento e aumentar o nível de desenvolvimento do concelho, os números estão aí e 8% é mesmo muito pouco. No entanto saudou o executivo pela inclusão da ciclovia, a ciclovia foi uma das propostas que a juventude do partido socialista fez, e entregou um documento dos jovens da juventude socialista, cerca de 300 militantes, jovens portalegrenses que andam nas ruas, sentem os problemas e trata-se de uma opinião válida desses jovens, um contributo, 'Um caminho para Portalegre', uma caminhada pela ciclovia, um circuito ciclável e pedonal uma nova forma de mobilidade verde', propõem um dos troços na estrada da meia encosta que atualmente está sem passeios desde a sua construção, é só ervas para quem vive naquela zona ou que queira passear por aquela zona, acentuou que a ciclovia pode ser um instrumento para resolver mais do que um problema e pode dar resposta a mais do que uma situação, não apenas para se andar a pé, pode mesmo melhorar a vida dos portalegrenses e saudou o executivo municipal pela iniciativa da inclusão da ciclovia. Entregou o documento e salientou que fica a intenção de colaborar positivamente para a construção da ciclovia em Portalegre.

O senhor presidente de mesa agradeceu e indicou que faria chegar a todos os membros da assembleia e do executivo municipal atempadamente.

A senhora presidente de câmara referindo-se à intervenção de Amândio Valente disse que as questões que Portalegre tem para resolver não são de agora, acessibilidades e outras, recordou que o Partido Socialista esteve no governo oito anos e ferrovia, bola, acessibilidades, zero, e vem agora Amândio Valente falar em reivindicar junto do governo, claro que compete isso à sua pessoa, mas recordou que os problemas de Portalegre estão por resolver há muitos anos e não foram resolvidos, e um dos governos era com base no acordo entre o PS e o Partido Comunista, não quer dizer que se demita dessas responsabilidades, está a trabalhar nisso para tentar resolver a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

questão das acessibilidades, tem esperança mas deve dizer que há todo um passado e que nada foi feito.

Relativamente à comparação com os outros municípios, foi dado o exemplo de Campo Maior, deve dizer-se que há uma diferença grande, não tem a ver com a qualidade dos autarcas, todos são capacitados, os autarcas de Campo Maior e de Ponte de Sor estão no último mandato, prepararam trabalho durante os primeiros mandatos e é o culminar de 12 anos de trabalho, o que já lhe sucedeu, em Portalegre está no primeiro mandato, e com outra situação apanhou o final de um quadro comunitário, onde já não havia nada para apanhar, e o novo quadro comunitário está agora a começar. Mencionando os 8% de fundos comunitários, essa situação era desse dia em que foi ultimado o orçamento, agora já não é igual, agora já passaram os outros municípios na contratualização. O município de Campo Maior tem uma obra grande de acessibilidades por isso tem 36% de fundos comunitários, e trabalhou para tal durante os mandatos, quer crer não sabe se vai fazer mais mandatos, mas quer crer que as coisas levam tempo é assim nas autarquias, um mandato é pouco, projetar, candidatar e executar leva tempo. Portalegre está a resolver questões que outros municípios já resolveram lá atrás, foi presidente de câmara de um município pequeno e a piscina está recuperada há séculos. As estradas estão requalificadas, chegou a Portalegre e as estradas estavam todas cheias de buracos, tem feito investimentos brutais em pavimentações, estão a fazer obras nas freguesias, havia sanitários com 50 anos e os outros municípios já resolveram isso há muitos anos, portanto Portalegre está a resolver uma série de situações que já devia ter resolvido há muito tempo, as instalações desportivas, qual é o município do Alto Alentejo que tem as instalações desportivas tão degradadas como Portalegre. Quando chegou e viu os balneários do estádio municipal, desabafou e disse que pensava que já não havia balneários assim, portanto Portalegre perdeu muito tempo. Falou-se da dívida do Eng.º Mata Cáceres, houve dívida mas houve obra e nos 10 anos a seguir não houve obra. Podem dizer que não havia dinheiro e que se pagou a dívida mas as coisas estão por resolver e é um facto. Este executivo está a resolver as coisas, não se consegue tudo de imediato, mas já não era suposto estar no patamar em que estão. Resumindo não é correto comparar situações de autarcas no terceiro mandato com autarcas no primeiro mandato.

Ricardo Romão no uso da palavra evidenciou que já faltava o discurso típico, a que já estão habituados, mas não é um discurso sério, a senhora presidente diz que nos anos anteriores não houve obra nem inaugurações, e que está no primeiro mandato, mas estando no primeiro mandato teve a honra de receber uma série de coisas do mandato anterior, que lhe caíram em cima do colo sem esperar, acresce a crítica assertiva a todos os outros que estiveram antes e que transformaram isto no caos, com uma dívida que não interessa aprofundar de onde veio, não vai perder mais tempo, os portalegrenses sabem e isso é histórico. Lamentou que a presidente de câmara do seu município constantemente compare-se a municípios, como fez há pouco quanto à maior taxa de contratualização, mas gostava que se comparasse a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

municípios capitais de distrito, Castelo Branco, Évora, enquanto a comparação é feita aos municípios como o Gavião, Monforte, Arronches, isso dá a entender que a visão política do atual executivo é a de uma vila, essa é a questão, é clara a intenção...

Em relação ao orçamento, quando se olha para a evolução dos últimos anos é um orçamento estagnado, até os municípios do distrito com menor dimensão tem evoluções superiores, porque Portalegre tem um orçamento estagnado, o orçamento para 2025 é inferior ao orçamento para 2022. E as opções políticas, respeitam as opções da senhora presidente, mas tem outra opinião, nos impostos por exemplo, a CLIP votou favoravelmente na reunião de câmara porque é uma opção do atual executivo, mas é fácil de fazer, porque a senhora presidente não precisa de verba, o município neste momento tinha condições económicas favoráveis para ir à banca e realizar investimentos, e evitar saldos transitados enormes, todo o saldo transitado significa que não foi executado o orçamento do ano anterior. Porque não há ambição, não há necessidade de gastar dinheiro em obras quando não existe capacidade para as decidir, e essa é a questão, portanto o orçamento é estagnado, e perdermos receita nos impostos. Perguntou quanto à receita em que o município vai receber mais 1 milhão e 700 mil euros que não recebeu em anos anteriores, perguntou qual é a fonte dessa receita. É fácil abdicar de receita do IMI ou do IRS, porque não se vai gastar esse dinheiro em nada, porque não se tem nada para apresentar, e evidenciou que quando não se onera os munícipes no IMI, está-se a devolver verba a quem tem casas próprias, não se está a não onerar por exemplo quem não tem casa, o mesmo para o IRS, devolve-se dinheiro a quem paga IRS mas não a quem não paga, ou seja é uma política que favorece sobretudo quem tem rendimentos, portanto é uma opção política de prescindir dessa verba que é populista, as pessoas ficam a achar que vão receber muito dinheiro com isso. Prefere pagar impostos e ter o retorno em investimentos feitos na cidade e que possa usufruir, essa parte falta, não consegue ver que o que é pago em impostos reverte a favor da qualidade de vida e nas coisas que faltam. Abdica-se de verba porque é fácil, não abdicam do imposto único de circulação porque não podem, e a cada ano se recebe mais do imposto de circulação, há várias fontes de receita e algumas não dependem do município, o orçamento do estado faz mais transferências para as autarquias, tal como na rubrica cujo esclarecimento pediu há pouco.

Quanto à despesa, e já fora referido, a despesa aponta para o mandato subsequente, estão a fazer propostas de orçamento e grandes opções do plano para terceiros executarem, não se sabe quem vai ganhar as eleições no próximo ano, a senhora presidente costuma dizer ideias todos temos, também pode dizer que quer construir um estádio municipal em 2028, e depois este não ser realizado e consta no orçamento, e serão essas obras anunciadas no orçamento que vão constar no próximo boletim municipal ou jornal de campanha, são a cenoura para a próxima campanha eleitoral.

Falou das obras do mandato, o que se costuma dizer que são as opções do mandato, e deu o exemplo da piscina municipal, essa é a grande obra que tem de sair do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mandato, parecem as obras do estado novo, e que não vai acontecer no mandato atual, esta dinâmica política pode ter evoluções, a piscina municipal é um sonho dos portalegrenses, mas é uma opção política que não é a mais prioritária para Portalegre, é uma questão sentimental, todos aprenderam a nadar naquele espaço, e usufruíram de momentos, mas isso aconteceu quando Portalegre não tinha mais nada sem ser a aquela piscina, e quando os concelhos em redor não tinham piscinas, era uma estrutura diferenciadora nos anos 80, uma visão romântica. Hoje em dia existem piscinas nos outros concelhos, Crato tem um parque de lazer aquático, Castelo de Vide tem piscinas e Portalegre tem 5 piscinas, talvez fosse preferível perspetivar uma piscina coberta que duplicasse a capacidade da dos Assentos e que pudesse ser usada todo o ano, isto são opções políticas, mas não quer-se construir um tanque dos anos 70 ou 80 porque essa é a visão redutora que existe neste momento no concelho, não há uma visão estratégica de fundo, não há uma diferenciação de Portalegre como capital de distrito, e Portalegre tem de ser comparável às outras capitais de distrito, não precisa ser comparada a Lisboa ou Porto, mas deve ser comparada a Castelo Branco, Évora, Faro... e isso não se vê, e por isso as pessoas migram do concelho e do distrito, já agora quando a senhora presidente diz que o concelho não é o que perde mais população, comparando-se com o Crato, com Nisa, a tal visão redutora da pequena 'vila – Portalegre', lamentou que seja essa a visão em 2024 perspetivando 2025. No entender da CLIP é um orçamento que não tem ambição, nem novidade absolutamente nenhuma, tem política de agrado, de promessas que podem acontecer um dia, mas não tem um orçamento com uma trajetória crescente do município.

Sara Sardinha, no uso da palavra começou pelas opções de vida que as pessoas fazem, também saiu de Portalegre para estudar, estudou no Porto, as oportunidades no Porto eram melhores do que em Portalegre, no entanto está em Portalegre e nunca foi funcionária pública, sempre trabalhou no privado, não é fácil, mas optou pela qualidade de vida que João Pina só descobrira durante a pandemia, que felizmente conseguiu descobrir antes. Relativamente à piscina de Portalegre, se o projeto é da CLIP, não o conhece, a piscina antigamente só havia em Portalegre, não havia nos concelhos à volta, e foi no mandato do CLIP que desmoronou. De seguida salientou que para si um orçamento é um documento previsional, é uma previsão, por isso pode haver retificações ao orçamento que considera ser previsional. Em relação às rubricas a um euro, não vai entrar por aí, porque em 2019 na Assembleia Municipal de novembro verificou-se que para o orçamento de 2020 existiam mais de dezasseis rubricas abertas a um euro, não percebe porque se continua com a conversa das rubricas a um euro, quando sempre se fez o mesmo, não critica que as haja, pelo contrário. Terminou reforçando que o orçamento está de acordo com o compromisso eleitoral, ponto final, são os compromissos eleitorais que conduzem a ação do PSD-CDS. Estão preparados, não sabe se os demais estarão, mas estão preparados para ir a votação no próximo ano, e os munícipes e eleitores dirão se o trabalho está a ser bem feito ou mal feito, cabe-lhes a eles essa apreciação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O senhor presidente de mesa, dado o adiantado da hora, pediu que as intervenções fossem sucintas e que de acordo com o regimentado daria a palavra à senhora presidente para a intervenção final.

João Pina retomou a palavra, concordou com o senhor presidente, e de seguida elencou que existem visões estratégicas diferentes em questão, estratégias de governo, a senhora presidente fala muito que estiveram lá oito anos e não fizeram nada, há uma frase que tem de marcar a próxima campanha eleitoral, é que no que toca ao Município de Portalegre – o PS não governa há 24 anos, e pior, destacou que é preciso referir algo que é muito esquecido, é que a direita governa o Município de Portalegre há 24 anos, nem sempre o PSD, por vezes uma direita mais reciclada, menos reciclada, mais A ou mais B, a senhora presidente Adelaide era a vereadora do Eng.º Mata Cáceres, foi a briga interna do PSD que lhe permitiu atingir o poder, depois foi reciclado, depois há uns que passam do CLIP para o PSD, outros do PSD para o CLIP, portanto a direita governa o Município de Portalegre há 24 anos, e existem visões estratégicas diferentes em debate. Obviamente que a senhora presidente está no seu primeiro mandato, mas recordou, e para constar em ata, que o camarada Luís Rosinha, presidente da Câmara de Campo Maior, está no primeiro mandato, e se a senhora presidente disser que há um histórico de trás, a senhora presidente também trouxe um vereador de trás, também há histórico de trás. Também não se pode esquecer, que quando falou em falta de infraestruturas desportivas, foi a perda da maioria absoluta do PSD em Portalegre que impediu a demolição do Estádio Municipal, o companheiro de partido, Eng.º Mata Cáceres, queria demolir o estádio municipal, para fazer prédios, e só não foi avante porque perdeu a maioria absoluta, senão hoje esta cidade não tinha estádio municipal mas uns mamarrachos, já se esqueceu isso, cada partido tem o direito de ser seletivo no que aborda, é o debate político. Terminou lembrando, talvez pela escola que tem de muitos anos no parlamento, lembrando que o combate na Assembleia Municipal, tudo o que se acusa, o que se diz, os apartes, é pura e estritamente política e nada é pessoal, não levem como ataques pessoais, estão perfeitamente enganados, sobre as intenções ou sobre os próprios papéis de estarem na política, porque não é segredo para ninguém os debates acesos na Assembleia da República e a seguir vão todos almoçar juntos, se calhar é preciso um pouco mais de escola, quis deixar isso claro, até porque quando anteriormente acicatou a senhora presidente quando falou no Borda-d'água, a senhora presidente não pegou por aí, tudo isso é política. Obviamente que este orçamento é a continuação, é a continuação do que foi sufragado, mas o que foi sufragado foi muito pouco, e já estão muito perto das eleições para achar que se sabe o que o povo lá fora acha, daqui a 10 meses saber-se-á o que o povo acha mesmo, e em democracia o povo vota sempre bem, costuma dizer que esteve sempre do lado certo mas o lado certo nem sempre ganhou, mas respeita o veredito final do povo em democracia. Frisou que na visão da pesada herança do atual executivo, boa parte da pesada herança vem da mesma família política, aliás, até a própria CDU integrou municípios onde o PS nunca esteve, o PS não está em cargos executivos em Portalegre há 24 anos, até a CDU já esteve mais do que uma vez, portanto é uma questão de visões. A

40

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

senhora presidente diz que os autarcas não podem impedir a perda populacional, pois não, é uma preocupação de todos, é, mas há uns que no final do dia fazem mais que outros. Dos 308 concelhos, 251 no ano passado ganharam população, muitos no interior, e portanto deu o exemplo do Fundão, que conseguiu inovar que transformou profundamente a captação de coisas diferenciadas, da mesma forma que quando há 15 anos o autarca da Ponte de Sor era maluco por investir na aeronáutica, o resultado está à vista, chamam-se *clusters* ou nichos, considerou que Portalegre ainda não achou o seu, e quando diz que não vê um projeto de Fermelinda Carvalho para o futuro, pode não ser culpa direta sua, mas não achou o que falta, se lhe perguntarem a si qual é, também não está seguro disso, mas quem governa tem de pensar mais sobre isso do que quem está na oposição, a oposição fiscaliza, é uma reflexão que deixou. Desejou boas festas e um espírito para 2025 que traga muita saúde e que seja melhor para todos, para a Assembleia Municipal e para os portalegrenses todos, fechou dizendo que são visões diferentes, mais do que discutir rubricas, são visões diferentes...

Diogo Aragonez retomou a palavra e em jeito de conclusão, aludindo ao que a senhora presidente dissera de que havia muita coisa para fazer, a verdade é que o Município de Portalegre tem agora uma situação financeira que lhe permite ter margem, se a Câmara Municipal de Portalegre, por opção estratégica, fosse no momento à banca e pedisse 4,5 milhões de euros, poderia em projetos comparticipados a 85%, ter investimentos no valor de 30 milhões, com 25,5 milhões a serem financiados por fundos comunitários. O João Pina falava dos *clusters* e dos novos nichos, e os fundos comunitários vem virados para a digitalização, para a inovação, e é efetivamente necessário encontrar essa via, também não está certo do que seja, e fez suas as palavras de João Pina. Reforçou que a verdade é que o Município de Portalegre no momento atual tem margem para contrair dívida, podem alguns dizer que querem o município com dívida zero, mas em economia, uma das leis bases é que os recursos são escassos para necessidades infinitas. Um município que tem dívida zero parte-se do princípio que não está a resolver a vida das pessoas no máximo da sua capacidade. Um indivíduo da sociedade tem por norma uma capacidade de endividamento, se alguém com rendimento for ao banco pedir um empréstimo para comprar um bar, e se o banco lhe conceder crédito, abre o bar e põe o bar a render, e por aí consegue nova receita que entra e aumenta a sua capacidade de endividamento, porque tem mais receita, isto acontece na vida de cada um. E nos municípios acontece igual, não aceita que a melhor estratégia para Portalegre seja a dívida zero, e por isso faz o seu papel na oposição. Também acha que os compromissos são para se pagar, são coisas diferentes, um compromisso é para honrar e cumprir, nunca dirá o contrário, mas outra situação diferente é ter capacidade de ir buscar fundos comunitários e não usar. Um projeto de 20 milhões, precisaria a câmara de ir buscar 3 ou 4 milhões á banca, se fosse um projeto transformador da cidade de Portalegre, 3 ou 4 milhões, para alavancar investimento, seria um investimento estruturante para mudar a realidade de estar a perder população e de ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a sua geração ir embora, pelo que aprovaria tal empréstimo na assembleia, pessoalmente aprovaria.

Carla Mocito no uso da palavra, e referindo-se ao Desporto em Portalegre, viu no orçamento a requalificação dos espaços desportivos, e perguntou se surgirem em Portalegre novas modalidades, novos clubes, como acomodar essa questão, como resolver essa questão ou novas necessidades.

A senhora presidente de câmara, quanto à última pergunta e com todo o respeito disse que não fazia sentido da maneira como foi formulada, ou não entendera. A rubrica de requalificação de espaços desportivos, é para continuar a fazer o trabalho que tem estado a fazer, requalificar os balneários, o campo de ténis da Serra, e outros. Se surgirem novas modalidades terão de fazer novos espaços, ou requalificar alguns existentes para o efeito, tem acolhido e no ano atual fizeram uma ginástica muito grande para acolher todos, a prática desportiva aumentou exponencialmente com um grande número de participantes. Se surgir um aumento significativo terão de ter a capacidade de procurar novos espaços, mas prosseguem o objetivo de requalificação dos existentes, porque estavam de facto todos muito degradados, até o Estádio Sousa Lima sofreu intervenções.

Relativamente ao orçamento e às muitas críticas que foram feitas, não incidirá sobre todas, mas disse que o atual orçamento é três vezes superior aquilo que era habitualmente no mandato anterior, se este não presta, e é pequeno e não tem ambição, o que dizer dos anteriores que eram um terço do atual. O que se investiu no ano passado no município de Portalegre em termos de obras, seria preciso recuar a 2008 (ano do Polis) para encontrar algo semelhante, portanto não se envergonha do orçamento. Sabendo que vai existir um saldo de gerência relevante para integrar em fevereiro, salientou que mesmo o que não foi executado, foram obras lançadas, refutou as críticas de que não houve capacidade de fazer ou de ter ideias, nada disso, o que sucedeu é que os concursos públicos ficaram desertos, como o caso da piscina, tiveram azar com a obra da Cristóvão Falcão e nos Paços do Concelho, no Mercado Municipal, problemas que ocorrem em muitos municípios, as empresas não executam e não cumprem prazos, é um problema transversal a todos, por exemplo os 108 imóveis para serem recuperados, já estão com valores muito elevados nas reabilitações, cerca de 80 mil euros por apartamentos, porque os concursos ficam desertos, não foi falta de iniciativa, não se pode dizer que tem o dinheiro parado, dizer isso não é serio, foram lançados concursos e algumas obras não decorreram como previsto. Continuou aludindo às críticas de que o orçamento não presta, que as ideias são más, é tudo péssimo, contudo afirmou que estão a executar o programa eleitoral que foi o mais votado, pode não agradar, mas foi o mais votado, e é isso que estão a executar. Sabe que o resultado das eleições não agradou, não agradou ao CLIP, mas o programa mais votado foi o do PSD-CDS, foi o que as pessoas escolheram, é o que estão a executar, tem pena, para o ano haverá mais eleições, ver-se-á quem tem razão, já perdeu eleições e já as ganhou, felizmente ganhou mais do que perdeu, o voto soberano é do povo. João Pina dissera que não se tratava de questões pessoais,

42

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mas no entanto há pessoas que tem questões pessoais e que as misturam, não sabe porquê. Não são só questões políticas, dizer-se que não se faz nada, não se fez nada, não presta, e perguntou o que é que abandonou que se fazia de tão bom e que abandonou? Porque a população também já se perdia e os últimos censos são anteriores à sua chegada e já acontecia, portanto voltou a dizer que se revê no orçamento que apresenta, porque é aquele que foi o programa eleitoral com mais votos e recordou com uma diferença substancial. Daqui a um ano prestar-se-ão contas, já prestou muitas vezes contas, se há coisa que respeita é o voto eleitoral, deve-se respeitar as pessoas que votaram porque dá ideia que as pessoas não souberam escolher, e as pessoas votaram as ideias que estão a executar, votaram as obras nas freguesias que estão a ocorrer, Centro Cultural dos Fortios, obras em Alegrete e Alagoa. Nunca teve esse discurso do não faz nada, vale zero, é ofensivo, não se justifica e na política não se pode estar assim, e quem está assim na política está enganado e o povo dirá quem tem razão.

Adriano Bailadeira no uso da palavra lembrou que não fora respondido o esclarecimento da rubrica atrás solicitado, depois comentou que o argumento dos concursos desertos e dos azares que ocorreram e justificam a não feitura de algumas coisas, que pelos vistos esse argumento não servem para os outros, os azares e os desertos só servem para a presidente de câmara, para os outros não servem, depois lembrou a senhora presidente que as pessoas votaram no seu programa mas não só, não votaram só no seu programa também votaram na oposição, que também tem opiniões e ideias que apresentam nas Assembleias.

Depois mencionou que tiveram orçamentos que não foram aprovados, no último mandato tiveram um orçamento aprovado, ao contrário do atual mandato portanto as condições existem. Continuou referindo-se à intervenção de Diogo Aragonez quando falou dos empréstimos e da banca, é que muitas vezes gasta-se, quando não se executa gasta-se em alcatrão para se ter execução orçamental e o mesmo em abater dívida, para se ter execução, abate-se dívida, só que às vezes abate-se dívida com taxas de juro que já não se consegue no mercado, no início deste mandato desperdiçou-se taxas de juro favoráveis e podiam ter alavancado muitas mais coisas. Há argumentos que não lembram ao diabo, lembrar que a câmara tem um orçamento três vezes maior, é assim por obra da câmara ou porque o estado decidiu fazer mais transferências para as autarquias, com as transferências de competências com envelopes a acompanhar, não se pode ser demagogo e dizer coisas dessas, isso resume o que é o boletim municipal, dizer coisas como se fossem verdades absolutas, só que não são, é preciso perceber como é que as coisas funcionam. Não os municípios não são burros nem nunca serão, mas uma coisa é uma pessoa com informação e outra coisa é uma pessoa que não tem informação...

A senhora presidente de câmara disse que as pessoas todas tem informação e formação, uns tem formação numas coisas e outros tem informação noutras, a própria não sabe nada de teatro, e provavelmente Adriano Bailadeira sabe menos de agricultura do que a presidente, cada um sabe do que sabe, mas essa ideia de que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eleitor não é esclarecido, não sabe avaliar, não se revê nela, e não a subscreve, o eleitorado é esclarecido e tem informação.

Falando da rubrica questionada de 1,7 mil euros, é um reforço do orçamento de estado do ano que vem, é um reforço do governo para Portalegre como para outros municípios, depois mencionando a alusão à transferência de competências disse que o orçamento é maior pela transferências de competências numa parte, mas não só, muito longe disso. Quanto ao pagamento da dívida no primeiro ano, foi feito o pagamento porque entrou em outubro e a execução estava baixa e era um orçamento pequeno e foi uma opção, pagar uma parte da dívida de dois empréstimos, que tinham uma taxa de juro muito elevada, atualmente está-se a pagar as amortizações normais, na altura escolheu os empréstimos que tinham a taxa de juro mais elevada, nunca escolheria as taxas de juro mais baixas, se há coisa que sabe é fazer contas, desde pequena, e como trabalha por conta própria, tem de fazer contas com mais rigor.

Este ano poderia também ter aplicado essa opção mas escolheu não o fazer, porque todas as obras não executadas tem receita associada e não podia ser descabimentada, pelo que não o poderia fazer, não podia descabimentar para pagar empréstimos, é a prova de que as obras estavam previstas e os concursos foram lançados, a execução não foi a que gostaria, mas o dinheiro fica para ser executado no ano a seguir.

O senhor presidente de mesa deu por concluído o ponto e passou ao ponto seguinte.

22. Para deliberação - Proposta para atribuição de apoio à Freguesia da Urra no valor de €190 000,00 para execução das obras de ampliação do cemitério de Urra, aprovada em reunião ordinária da CMP de 16.12.2024;

Não houve intervenções e o senhor presidente de mesa colocou os pontos a votação.--

DELIBERAÇÕES:

Moção do grupo municipal

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria reprovar a moção com 10 votos contra, treze abstenções e 5 votos a favor.

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (João Pina)

“A bancada do partido socialista votou favoravelmente a aceitação da Moção para que o que está escrito na Moção conste em ata, mesmo a moção não tendo passado na votação, para que os factos fiquem marcados em ata, quanto à abstenção na votação da Moção prende-se com o facto de se estar a 10 meses das eleições, e a censura a este executivo é para ser feita nas urnas, e o balanço e votando-se agora o último



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

orçamento do mandato, que o executivo acabe o mandato em tranquilidade, e depois caberá aos portalegrenses em setembro ou outubro do próximo ano a palavra”.

1- Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2- Ata n.º 21 referente à reunião realizada em 26 de setembro de 2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três abstenções e vinte e cinco votos favoráveis, aprovar a ata. Abstiveram-se os membros Francisco António Carvão Trindade, Adelino Leitão Trindade e Raquel Alexandra Reizinho Carita Castelo. -----

3 - Designação pela Assembleia Municipal de cidadã/o para integrar a CPCJ de Portalegre na modalidade alargada, para completar a vacatura aberta de um lugar, designado pela CDU;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e designou a cidadã **Tânia Isabel Rodrigues Balola** (CDU) para integrar a CPCJ de Portalegre na modalidade alargada. -----

4 - 10º Relatório de Monitorização da Implementação da Estratégia de Reabilitação Urbana das ARU's de Portalegre, Alegrete e Carreiras, ano de 2023, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto. -----

5 - Relatório Semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

6 - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa de Carreiras, presente em reunião ordinária da CMP de 23.09.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- 7 - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, presente em reunião ordinária da CMP de 07.10.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

- 8 - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, presente em reunião ordinária da CMP de 07.10.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

- 9 - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do contrato Interadministrativo, enviado pela Junta de Freguesia de Alegrete, presente em reunião ordinária da CMP de 04.11.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

- 10 - Relatório semestral (1.º semestre de 2024), no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela Junta de Freguesia de Alegrete, presente em reunião ordinária da CMP de 04.11.2024;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

- 11 - Proposta para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções e vinte votos a favor, aprovar a fixação da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** para 2025, em **0,25%**, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 18.11.2024. -----

- 12 - Proposta para fixação do percentual da Derrama a cobrar no ano 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com um voto contra, oito abstenções e dezanove votos a favor, aprovar a fixação do percentual da **Derrama** a cobrar no ano 2025, em **0%**, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 18.11.2024. -----

- 13 - Proposta para fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções e vinte votos a favor, aprovar a fixação do percentual da **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, para 2025, conforme



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 18.11.2024, nos termos da c) do n.º 1 e n.º 5 do art.º 112º do CIMI:-----

1- Prédios urbanos - 0,30%;-----

2- Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 do art.º 112º do CIMI, podendo os Municípios definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, fixar:-----

- a) Minoração de 30% do IMI dos prédios urbanos sitos na Zona Industrial, no sentido do combate à desertificação, devendo os proprietários requerer a minoração até 13 de dezembro de 2024. Os proprietários dos referidos prédios urbanos só podem beneficiar da minoração se cumprirem os prazos e as obrigações previstos no título de compra e venda, no Regulamento aplicável e nas prorrogações de prazos aprovadas pela Câmara Municipal;-----
- b) Minoração em 30% do IMI de prédios urbanos localizados nas zonas históricas de Portalegre e Alegrete e área de reabilitação urbana de Carreiras, no sentido do combate à desertificação, que não tenham um estado de conservação mau (2) ou péssimo (1). Para efeito de redução da minoração de IMI, os pedidos apresentados pelos interessados/proprietários no ano 2023, consideram-se renovados automaticamente, não sendo necessária a apresentação de requerimento de redução. Os restantes proprietários têm que requerer a minoração até 13 de dezembro de 2024;-----
- c) Minoração da taxa de IMI em prédios urbanos localizados dentro dos limites dos perímetros urbanos nos termos do Regulamento de PDM do Município de Portalegre, que estejam degradados, devolutos e em ruína, que tenham um estado conservação de mau (2) ou péssimo (1) e que sejam objeto de reabilitação executada em 2024, nos seguintes termos:-----
 - I. Em 10%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação médio (3);
 - II. Em 20%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação bom (4);
 - III. Em 30%, se da reabilitação do edifício resultar um estado de conservação excelente (5).-----
- d) Redução da taxa de IMI nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do art.º 112-A do CIMI e Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:-----

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30€
2	70€
3 ou mais	140€



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3. Nos termos do n.º 3 do artigo 112º do CIMI as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112º do CIMI são elevadas ao triplo, nos casos dos prédios em ruína das áreas de reabilitação urbana (ARU), de Alegrete, Carreiras e Portalegre, conforme listagem em Anexo.-----

4. Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 8 do art.º 112º do CIMI, podendo os Municípios majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, das áreas de reabilitação urbana (ARU) de Alegrete Carreiras e Portalegre considerando-se como tais, face ao seu estado de conservação, aqueles que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, conforme listagem em anexo.-----

5. Nos termos e para os efeitos das alíneas a), b) e c) do n.º 2 do art.º 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo DL. 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, aprovar as isenções, a saber:-----

- a) São isentos de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovada, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos, no caso de imóveis afetos ao arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;-----
São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da aquisição;-----
- b) São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano, na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;-----
- c) Redução a metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação, nos termos da alínea b) nº1 do art.º.45º do EBF.-----

6. Para efeitos de aplicação da taxa de IMI prevista no n.º 3 do artigo 112º, e em cumprimento do n.º 14 do mesmo artigo, e no n.º 2 do artigo 112-A, todos do CIMI, que seja autorizada a Divisão de Administração Geral e Finanças, após aprovação da Assembleia Municipal a enviar os dados por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, com a identificação dos artigos matriciais e números de contribuinte dos proprietários dos prédios urbanos que se encontrem nas situações supra referidas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.-----

7. Que seja delegada na signatária, a autorização para proceder à retificação de eventuais situações que possam vir a detetar-se no decurso do ano de 2025, quanto aos pressupostos de majoração incorretamente valorados na presente deliberação, e a conseqüente comunicação ao Serviço de Finanças da regularização das mesmas em sede de IMI ou devolução das quantias pagas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

14. Proposta para fixação do percentual da Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2025, aprovada em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções e vinte votos a favor, aprovar a fixação do percentual da Participação Variável no **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)** para 2025, em **3,25%**, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 18.11.2024. -----

15. Plano de Ação Climática de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da CMP de 18.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto. -----

16. Documentos das demonstrações financeiras previsionais - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovados em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções e vinte votos a favor, aprovar o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (João Pina fazendo uso da declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista na reunião do executivo camarário).-----

“Os Vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção, precisamente pelo facto de nos dois primeiros anos termos viabilizado com voto a favor, este mesmo exercício. Acreditámos que aquilo que eram os compromissos assumidos no setor dos transportes acabariam por ter um melhor resultado e um melhor destino. Sendo este o 4º e último exercício orçamental, verifica-se que o Município de Portalegre continua sem um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável aprovado, não cumprindo com o previsto na Lei de Bases do Clima, desde 31 de dezembro 2021. Não nos é apresentada uma estratégia programada para a renovação da frota automóvel, porque continuamos a ter uns Serviços Municipalizados sem capacidade de investimento, porque a Câmara Municipal não cumpre com a competência que lhe é legalmente exigida enquanto autoridade de transportes.

Do lado dos SMAT, compreendemos que não podem, nem devem nunca abandonar o setor do saneamento e do abastecimento de água, ainda assim, há um conjunto de intervenções prioritárias no coração da cidade de Portalegre, onde vimos as cheias do último inverno inundar novamente o Rossio, que ficam por programar e concretizar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por esse mesmo facto, o Município de Portalegre não cumprindo com aquela que é a competência que lhe está atribuída, deixando sistematicamente o setor dos transportes para o amanhã que nunca vem, optamos pela abstenção”.

17. Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2025, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovados em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito abstenções e vinte votos a favor, aprovar os Documentos das demonstrações financeiras previsionais para 2025, Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (João Pina fazendo uso da declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista na reunião do executivo camarário).-----

“Os Vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção, precisamente pelo facto de nos dois primeiros anos termos viabilizado com voto a favor, este mesmo exercício. Acreditámos que aquilo que eram os compromissos assumidos no setor dos transportes acabariam por ter um melhor resultado e um melhor destino. Sendo este o 4º e último exercício orçamental, verifica-se que o Município de Portalegre continua sem um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável aprovado, não cumprindo com o previsto na Lei de Bases do Clima, desde 31 de dezembro 2021. Não nos é apresentada uma estratégia programada para a renovação da frota automóvel, porque continuamos a ter uns Serviços Municipalizados sem capacidade de investimento, porque a Câmara Municipal não cumpre com a competência que lhe é legalmente exigida enquanto autoridade de transportes.

Do lado dos SMAT, compreendemos que não podem, nem devem nunca abandonar o setor do saneamento e do abastecimento de água, ainda assim, há um conjunto de intervenções prioritárias no coração da cidade de Portalegre, onde vimos as cheias do último inverno inundar novamente o Rossio, que ficam por programar e concretizar. Por esse mesmo facto, o Município de Portalegre não cumprindo com aquela que é a competência que lhe está atribuída, deixando sistematicamente o setor dos transportes para o amanhã que nunca vem, optamos pela abstenção”.

18. Mapa de Pessoal para 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovado em reunião extraordinária de 29.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal para 2025 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

19. Orçamento para 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos contra, sete abstenções e quinze votos a favor, aprovar o Orçamento para 2025 e Plano Orçamental Plurianual do Município, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (João Pina – fazendo uso da declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista na reunião do executivo camarário)

“Os Vereadores do Partido Socialista votam através da abstenção o presente exercício orçamental. Não deixamos voltar a manifestarmo-nos quanto a questões de reforma, nomeadamente, o facto do perímetro orçamental do Município continuar sem refletir com exatidão e rigor contabilístico a verdadeira dívida da Fundação Robinson. Além disso, este é um Orçamento de promessas eleitorais, como o projeto de requalificação das muralhas na Rua 1º de Maio, o Pavilhão Multiusos ou o Parque de Campismo, tudo obras apresentadas como promessa eleitoral não cabimentadas para serem executadas no presente exercício orçamental. Ainda assim, o Partido Socialista olha para este Orçamento e para estes exercícios orçamentais e vê na Senhora Presidente uma recetora das ideias da sua oposição, que nesta Câmara apenas teve e está entregue ao Partido Socialista, ainda que não tenha sequer o respeito democrático de o reconhecer, chegando inclusivamente a dizer que “as ideias não importam”. Mas mesmo assim, mesmo assim, lhe dizemos que as ideias que estão neste orçamento são de facto boas, porque são as ideias e as propostas de alteração orçamental que o Partido Socialista apresentou no 1º exercício orçamental em 2021. Desde logo, cabimentados agora o projeto de construção de passeios no Bairro do Atalaião, a requalificação dos passeios no Bairro dos Apóstolos, na freguesia de Urra, a demolição dos imóveis junto às muralhas da Rua dos Muros de Baixo, na cidade de Portalegre. Além de tudo isto, e já concluídas também as propostas de alteração orçamental que apresentámos da requalificação dos passeios na Rua da Saudade, em Caia, a ampliação do Cemitério de Urra, que estará em breve em curso, a requalificação dos balneários do Estádio Municipal em curso. Mas também, já concluídas nos dois primeiros anos de mandato, a impermeabilização da bancada do Estádio Municipal Eduardo Sousa Lima, a requalificação da Residência de Estudantes, na Rua Temudo de Oliveira, a requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal e a requalificação e construção dos passeios na Rua da Fontinha, em Alagoa. Tudo propostas de alteração orçamental apresentadas no 1º exercício orçamental deste mandato, em 2021, por parte dos Vereadores do Partido Socialista. Uma demonstração clara que este Partido e estes Vereadores estão comprometidos com a cidade, com Portalegre e com os portalegrenses. E é nessa mesma senda que justificamos a nossa abstenção”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto de Jaime Fitas, presidente da Junta de Freguesia de Urra

“No Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, o primeiro deste mandato, decidi votar a favor desse orçamento, no seguimento das propostas de alteração orçamental, que os vereadores do partido socialista, apresentaram, em reunião de câmara, e que defendemos na Assembleia, investimentos prioritários e necessários para a Freguesia de Urra, como a ampliação do cemitério de Urra, a requalificação dos passeios pedonais da Rua da Saudade e a requalificação dos passeios pedonais do Bairro dos apóstolos. Nos dois orçamentos seguintes 2023 e 2024, os fregueses de Urra foram esquecidos e os investimentos anteriores empatados, o que mereceu da minha parte o voto contra, pela falta à palavra dada. Durante o ano de 2024 a requalificação dos passeios na Rua da Saudade, em Caia, arrancou, mas até aí se faltou à palavra, tendo o ‘Pavê’, entre outros materiais, aplicados, sido comprados e pagos por esta Junta de Freguesia. Passado cerca de um ano desde a primeira vez que foi assumido, com a Junta de Freguesia, a verba financeira necessária, para as obras de ampliação do cemitério de Urra, tem agora esta Junta de Freguesia de ver o seu normal funcionamento afetado, com a Assembleia de Freguesia a ser marcada só para dia 30 de dezembro, porque a senhora presidente só mesmo no final do ano decidiu cumprir com aquilo que prometera, no final do ano passado, mais vale tarde do que nunca, de facto. Três anos depois parece que é também desta vez, curiosamente, em véspera de eleições, que dará seguimento à proposta do Partido Socialista para a requalificação dos passeios do Bairro dos Apóstolos, em suma, foram precisos três preciosos longos anos para que a senhora presidente se lembrasse que a Freguesia de Urra existe, e, cumprisse com as propostas de investimento que o partido socialista fez para a Freguesia, logo nos primeiros dias deste mandato. Em consciência e coerência, demonstrando que a Freguesia de Urra foi e sempre será a minha prioridade, a maior preocupação, voltarei a acreditar uma vez mais na palavra dada e votarei a favor deste orçamento, em nome da defesa que o Partido Socialista sempre fez dos Fregueses de Urra. Muito Obrigado.”

Declaração de voto do grupo municipal da CLIP (Adriano Bailadeira)

“Os eleitos para a assembleia municipal da CLIP votam contra este orçamento e Grandes Opções do Plano porque estes documentos continuam a apontar para o mesmo problema dos seus antecessores: falta de estratégia, de rumo e de ambição, como é exemplo a estratégia Local de Habitação, que foi delineada em 2020 e aprovada em abril de 2021 com uma dotação de 28,5 milhões de Euros, que não passa de uma miragem, sem execução ao fim destes 3 anos de mandato. Este orçamento não mostra qualquer intenção política presente, mantendo rubricas sem dotação e indicando a eventualidade de obras em anos futuros, sem qualquer fundamentação ou enquadramento previsto, numa estratégia de ilusão e promessas. Lamenta-se que a Câmara Municipal de Portalegre, ao invés de ser o motor estratégico de organização e dinamização de todo o concelho – é isso a política autárquica – parece estar a transformar-se numa entidade de mera gestão funcional corrente e de gestão de eventos de entretenimento e diversão, que nunca poderão ser a base de desenvolvimento, investimento e capacitação.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto do grupo municipal da CDU (Amândio Valente)

“Orçamento e GOPs para 2025

A CDU apresenta a seguinte declaração de voto que suporta a sua posição na discussão sobre orçamento para 2025 e as grandes opções associadas.

O orçamento que hoje aqui se discute deve ser analisado, numa dupla perspectiva:

- na projecção do ano de 2025, bem como, numa análise ao fim de um período de 4 anos do actual executivo.

Numa primeira abordagem, a Câmara Municipal de Portalegre já viveu um período, financeiramente, mais difícil, sendo que o atual impacto da dívida nas contas da autarquia, poderia permitir uma ação mais arrojada se compararmos orçamentos de cidades à nossa volta. (Elvas 44 milhões de euros, Évora, 104 milhões de euros, Castelo Branco, 80 milhões de euros, Abrantes, 61 milhões de euros...)

Desde logo, nesta primeira interpelação, como nos podemos enquadrar num processo de desenvolvimento territorial de forma competitiva e atractiva?

Por outro lado, é consensual e suportado por estudos, uma situação de perda traduzida em diferentes dimensões. A situação demográfica tem-se vindo a agravar com particular destaque para o envelhecimento populacional, a perda de quadros, a saída dos jovens, bem como no rendimento proporcionado e disponível pelos cidadãos. Fonte: INE

Ao partirmos dos valores apresentados, na presente proposta de orçamento, não se vislumbra um exercício de acção para o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho, para a valorização das potencialidades locais, não remete para uma abordagem de carácter inovador que nos diferencie, que possa permitir alcançar espaços e momentos para a centralidade da região, no contexto nacional e para além das fronteiras.

O sucesso de algumas acções desenvolvidas por este executivo, tidos como pontos positivos e que podem ser referidos: a 3ª edição de “Vinhos de Altitude-Serra de São Mamede”, a Feira dos Doces Conventuais, o Festival de Jazz, um programa cultural envolvendo todas as freguesias do concelho, o redimensionamento da Feira das Cebolas, os eventos desportivos de grande impacto e mobilização de participantes, entre vários exemplos, e pedindo desculpa pelos que não referenciamos, não devem fazer esquecer duas situações que se podem colocar:

- a progressiva, ou mesmo urgente, necessidade de recriação dos conceitos para o crescimento no formato e na dimensão financeira;
- a concorrência de outros territórios que exploram similares potencialidades locais e com maior capacidade de investimento.

Estas situações, assim colocadas, não nos parecem ser evidências inscritas no actual orçamento e ao fim de um percurso de 4 anos, que culminará em 2025, e da responsabilidade deste executivo autárquico.

Acrescenta-se que, para a CDU, são compromissos junto dos seus eleitores, são cruciais e politicamente prioritárias, as acções que enquadrem:

- a valorização do património (na musealização, na memória e nas ímpares oportunidades de desenvolvimento, salvaguardando a candidatura da Tapeçaria de Portalegre, entretanto inscrita no actual orçamento para 2025);
- a recuperação urbanística (pensando de forma integrada os seguintes eixos históricos e patrimoniais: Antiga Fábrica Robinson/Praça da República – Antigos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Paços do Concelho – Catedral de Portalegre – Museus próximos; o Antigo Café Alentejano – Rua do Comércio – Plátano e continuidades; Castelo - zona alta da cidade, com polos existentes bem definidos ou a recuperar);

- o planeamento da cidade (nomeadamente na ligação da zona industrial à cidade e a ligação da cidade às freguesias e à serra);

- uma acção para a implicação da população nas decisões e estratégias de desenvolvimento. Falamos de iniciativas que promovam momentos e espaços de reflexão para a partilha de soluções, para o desenvolvimento social, económico, cultural;

- uma política cultural para além dos eventos;

- uma estratégia de fixação de jovens quadros;

- uma estratégia educativa e para a juventude;

- uma estratégia de captação de empresas, de valor acrescentado, e que valorizem o desenvolvimento local e o trabalho;

- entre outras propostas.

Este conjunto de propostas, consideradas por nós prioritárias, não encontra espaço digno neste orçamento. E, nem sempre, se reduzem a disponibilidades financeiras. Trata-se de elaborar um plano estratégico, no presente e para o futuro da cidade, do concelho e pô-lo em marcha.

Por fim, o eterno problema da cidade e do concelho, as acessibilidades.

A nossa perspectiva aponta para uma acção proactiva que tenha por base pelo menos dois pressupostos:

- uma acção local de envolvimento da população, de realização de seminários, de debates com recurso a especialistas e elaboração de estudos, para suportar uma acção reivindicativa;

- promover e executar uma ação reivindicativa, bem sustentada, científica e politicamente, junto do poder central, que encontre soluções urgentes para os seguintes constrangimentos:

a) no acesso rodoviário (conclusão do IC13 – ligação a Lisboa e ao futuro aeroporto, ligação da A6 à A23, com prioridade na resolução do constrangimento na Barragem do Fratel);

b) concretizar, urgentemente, o envolvimento de Portalegre no Plano Ferroviário Nacional e não esperar por 2030, para estudos...

Neste momento, por coincidência, a maioria autárquica corresponde à maioria governativa.

A exigência de ação política e estratégica, que se coloca no presente momento, é determinante (mais uma vez) para o futuro da cidade, do concelho e da região.

Corresponderá este orçamento a tal desígnio? Pensamos que fica aquém. Nalguns pontos muito aquém.”

Declaração de voto do grupo municipal do PSD-CDS (Sara Sardinha)

“Nos termos da responsabilidade política que assumimos para com a nossa comunidade, os deputados municipais do PSD/CDS-PP vêm manifestar o seu voto favorável ao orçamento municipal apresentado para o ano de 2025.

Temos plena consciência da importância de um orçamento que contemple as reais necessidades da nossa população e que seja estruturado de forma responsável,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Az

sustentável e com visão de futuro. O nosso voto favorável reflete o reconhecimento do esforço e do trabalho que foram dedicados ao planeamento financeiro para o próximo ano, que, estamos certos, contribuirão para o desenvolvimento do Concelho de Portalegre. É um orçamento que respeita o nosso compromisso eleitoral e que mereceu o voto dos portalegrenses.

Destacamos, especialmente, os investimentos em áreas essenciais como a educação, ação social e habitação social, infraestruturas, desporto e lazer e cultura, que consideramos prioritárias para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, não esquecendo a descida gradual de impostos, IMI e IRS, conforme assumido no programa eleitoral apresentado aos munícipes. Também valorizamos as medidas de apoio às empresas, especialmente no atual contexto económico, o que continuará a contribuir para a criação de emprego e o desenvolvimento económico sustentável.

Acreditamos que este orçamento representa um passo importante para garantir o crescimento contínuo e a inovação no nosso município, ao mesmo tempo que respeita os limites da responsabilidade financeira.

Reiteramos o nosso compromisso com o Concelho e com a população, sempre em busca de soluções que promovam o bem-estar de todos. Por isso, os eleitos do PSD/CDS-PP votam favoravelmente este orçamento, confiantes de que ele contribuirá para um melhor futuro da nossa comunidade.

O Grupo Municipal do PSD/CDS

18.12.2024”

20. Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2025 a 2029, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos contra, sete abstenções e quinze votos a favor, aprovar as Grandes Opções do Plano do Município, que integram o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades mais relevantes, para 2025 a 2029, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

Declaração de voto do grupo municipal do Partido Socialista (João Pina – fazendo uso da declaração de voto apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista na reunião do executivo camarário)

“Os Vereadores do Partido Socialista votam através da abstenção o presente exercício orçamental. Não deixamos voltar a manifestarmo-nos quanto a questões de reforma, nomeadamente, o facto do perímetro orçamental do Município continuar sem refletir com exatidão e rigor contabilístico a verdadeira dívida da Fundação Robinson. Além disso, este é um Orçamento de promessas eleitorais, como o projeto de requalificação das muralhas na Rua 1º de Maio, o Pavilhão Multiusos ou o Parque de Campismo, tudo obras apresentadas como promessa eleitoral não cabimentadas para serem executadas no presente exercício orçamental. Ainda assim, o Partido Socialista olha para este Orçamento e para estes exercícios orçamentais e vê na Senhora Presidente uma recetora das ideias da sua oposição, que nesta Câmara apenas teve e está entregue ao Partido Socialista, ainda que não tenha sequer o respeito democrático de

João Pina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o reconhecer, chegando inclusivamente a dizer que “as ideias não importam”. Mas mesmo assim, mesmo assim, lhe dizemos que as ideias que estão neste orçamento são de facto boas, porque são as ideias e as propostas de alteração orçamental que o Partido Socialista apresentou no 1º exercício orçamental em 2021. Desde logo, cabimentados agora o projeto de construção de passeios no Bairro do Atalaião, a requalificação dos passeios no Bairro dos Apóstolos, na freguesia de Urra, a demolição dos imóveis junto às muralhas da Rua dos Muros de Baixo, na cidade de Portalegre. Além de tudo isto, e já concluídas também as propostas de alteração orçamental que apresentámos da requalificação dos passeios na Rua da Saudade, em Caia, a ampliação do Cemitério de Urra, que estará em breve em curso, a requalificação dos balneários do Estádio Municipal em curso. Mas também, já concluídas nos dois primeiros anos de mandato, a impermeabilização da bancada do Estádio Municipal Eduardo Sousa Lima, a requalificação da Residência de Estudantes, na Rua Temudo de Oliveira, a requalificação do piso sintético do campo de treinos do Estádio Municipal e a requalificação e construção dos passeios na Rua da Fontinha, em Alagoa. Tudo propostas de alteração orçamental apresentadas no 1º exercício orçamental deste mandato, em 2021, por parte dos Vereadores do Partido Socialista. Uma demonstração clara que este Partido e estes Vereadores estão comprometidos com a cidade, com Portalegre e com os portalegrenses. E é nessa mesma senda que justificamos a nossa abstenção”.

Declaração de voto de Jaime Fitas, presidente da Junta de Freguesia de Urra

“No Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, o primeiro deste mandato, decidi votar a favor desse orçamento, no seguimento das propostas de alteração orçamental, que os vereadores do partido socialista, apresentaram, em reunião de câmara, e que defendemos na Assembleia, investimentos prioritários e necessários para a Freguesia de Urra, como a ampliação do cemitério de Urra, a requalificação dos passeios pedonais da Rua da Saudade e a requalificação dos passeios pedonais do Bairro dos apóstolos. Nos dois orçamentos seguintes 2023 e 2024, os fregueses de Urra foram esquecidos e os investimentos anteriores empatados, o que mereceu da minha parte o voto contra, pela falta à palavra dada. Durante o ano de 2024 a requalificação dos passeios na Rua da Saudade, em Caia, arrancou, mas até aí se faltou à palavra, tendo o ‘Pavê’, entre outros materiais, aplicados, sido comprados e pagos por esta Junta de Freguesia. Passado cerca de um ano desde a primeira vez que foi assumido, com a Junta de Freguesia, a verba financeira necessária, para as obras de ampliação do cemitério de Urra, tem agora esta Junta de Freguesia de ver o seu normal funcionamento afetado, com a Assembleia de Freguesia a ser marcada só para dia 30 de dezembro, porque a senhora presidente só mesmo no final do ano decidiu cumprir com aquilo que prometera, no final do ano passado, mais vale tarde do que nunca, de facto. Três anos depois parece que é também desta vez, curiosamente, em véspera de eleições, que dará seguimento à proposta do Partido Socialista para a requalificação dos passeios do Bairro dos Apóstolos, em suma, foram precisos três preciosos longos anos para que a senhora presidente se lembrasse que a Freguesia de Urra existe, e, cumprisse com as propostas de investimento que o partido socialista fez para a Freguesia, logo nos primeiros dias deste mandato. Em consciência e coerência, demonstrando que a Freguesia de Urra foi e sempre será a minha

56

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prioridade, a maior preocupação, voltarei a acreditar uma vez mais na palavra dada e votarei a favor deste orçamento, em nome da defesa que o Partido Socialista sempre fez dos Fregueses de Urra. Muito Obrigado.”

Declaração de voto do grupo municipal da CLIP (Adriano Bailadeira)

“Os eleitos para a assembleia municipal da CLIP votam contra este orçamento e Grandes Opções do Plano porque estes documentos continuam a apontar para o mesmo problema dos seus antecessores: falta de estratégia, de rumo e de ambição, como é exemplo a estratégia Local de Habitação, que foi delineada em 2020 e aprovada em abril de 2021 com uma dotação de 28,5 milhões de Euros, que não passa de uma miragem, sem execução ao fim destes 3 anos de mandato. Este orçamento não mostra qualquer intenção política presente, mantendo rúbricas sem dotação e indicando a eventualidade de obras em anos futuros, sem qualquer fundamentação ou enquadramento previsto, numa estratégia de ilusão e promessas. Lamenta-se que a Câmara Municipal de Portalegre, ao invés de ser o motor estratégico de organização e dinamização de todo o concelho – é isso a política autárquica – parece estar a transformar-se numa entidade de mera gestão funcional corrente e de gestão de eventos de entretenimento e diversão, que nunca poderão ser a base de desenvolvimento, investimento e capacitação.”

Declaração de voto do grupo municipal da CDU (Amândio Valente)

“Orçamento e GOPs para 2025

A CDU apresenta a seguinte declaração de voto que suporta a sua posição na discussão sobre orçamento para 2025 e as grandes opções associadas.

O orçamento que hoje aqui se discute deve ser analisado, numa dupla perspectiva:

- na projecção do ano de 2025, bem como, numa análise ao fim de um período de 4 anos do actual executivo.

Numa primeira abordagem, a Câmara Municipal de Portalegre já viveu um período, financeiramente, mais difícil, sendo que o atual impacto da dívida nas contas da autarquia, poderia permitir uma ação mais arrojada se compararmos orçamentos de cidades à nossa volta. (Elvas 44 milhões de euros, Évora, 104 milhões de euros, Castelo Branco, 80 milhões de euros, Abrantes, 61 milhões de euros...)

Desde logo, nesta primeira interpelação, como nos podemos enquadrar num processo de desenvolvimento territorial de forma competitiva e atractiva?

Por outro lado, é consensual e suportado por estudos, uma situação de perda traduzida em diferentes dimensões. A situação demográfica tem-se vindo a agravar com particular destaque para o envelhecimento populacional, a perda de quadros, a saída dos jovens, bem como no rendimento proporcionado e disponível pelos cidadãos. Fonte: INE

Ao partirmos dos valores apresentados, na presente proposta de orçamento, não se vislumbra um exercício de acção para o desenvolvimento integrado e sustentado do concelho, para a valorização das potencialidades locais, não remete para uma abordagem de carácter inovador que nos diferencie, que possa permitir alcançar espaços e momentos para a centralidade da região, no contexto nacional e para além das fronteiras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O sucesso de algumas acções desenvolvidas por este executivo, tidos como pontos positivos e que podem ser referidos: a 3ª edição de “Vinhos de Altitude-Serra de São Mamede”, a Feira dos Doces Conventuais, o Festival de Jazz, um programa cultural envolvendo todas as freguesias do concelho, o redimensionamento da Feira das Cebolas, os eventos desportivos de grande impacto e mobilização de participantes, entre vários exemplos, e pedindo desculpa pelos que não referenciamos, não devem fazer esquecer duas situações que se podem colocar:

- a progressiva, ou mesmo urgente, necessidade de recriação dos conceitos para o crescimento no formato e na dimensão financeira;
- a concorrência de outros territórios que exploram similares potencialidades locais e com maior capacidade de investimento.

Estas situações, assim colocadas, não nos parecem ser evidências inscritas no actual orçamento e ao fim de um percurso de 4 anos, que culminará em 2025, e da responsabilidade deste executivo autárquico.

Acrescenta-se que, para a CDU, são compromissos junto dos seus eleitores, são cruciais e politicamente prioritárias, as acções que enquadrem:

- a valorização do património (na musealização, na memória e nas ímpares oportunidades de desenvolvimento, salvaguardando a candidatura da Tapeçaria de Portalegre, entretanto inscrita no actual orçamento para 2025);
- a recuperação urbanística (pensando de forma integrada os seguintes eixos históricos e patrimoniais: Antiga Fábrica Robinson/Praça da República – Antigos Paços do Concelho – Catedral de Portalegre – Museus próximos; o Antigo Café Alentejano – Rua do Comércio – Plátano e continuidades; Castelo - zona alta da cidade, com polos existentes bem definidos ou a recuperar);
- o planeamento da cidade (nomeadamente na ligação da zona industrial à cidade e a ligação da cidade às freguesias e à serra);
- uma acção para a implicação da população nas decisões e estratégias de desenvolvimento. Falamos de iniciativas que promovam momentos e espaços de reflexão para a partilha de soluções, para o desenvolvimento social, económico, cultural;
- uma política cultural para além dos eventos;
- uma estratégia de fixação de jovens quadros;
- uma estratégia educativa e para a juventude;
- uma estratégia de captação de empresas, de valor acrescentado, e que valorizem o desenvolvimento local e o trabalho;
- entre outras propostas.

Este conjunto de propostas, consideradas por nós prioritárias, não encontra espaço digno neste orçamento. E, nem sempre, se reduzem a disponibilidades financeiras. Trata-se de elaborar um plano estratégico, no presente e para o futuro da cidade, do concelho e pô-lo em marcha.

Por fim, o eterno problema da cidade e do concelho, as acessibilidades.

A nossa perspectiva aponta para uma acção proactiva que tenha por base pelo menos dois pressupostos:

- uma acção local de envolvimento da população, de realização de seminários, de debates com recurso a especialistas e elaboração de estudos, para suportar uma acção reivindicativa;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- promover e executar uma ação reivindicativa, bem sustentada, científica e politicamente, junto do poder central, que encontre soluções urgentes para os seguintes constrangimentos:

a) no acesso rodoviário (conclusão do IC13 – ligação a Lisboa e ao futuro aeroporto, ligação da A6 à A23, com prioridade na resolução do constrangimento na Barragem do Fratel);

b) concretizar, urgentemente, o envolvimento de Portalegre no Plano Ferroviário Nacional e não esperar por 2030, para estudos...

Neste momento, por coincidência, a maioria autárquica corresponde à maioria governativa.

A exigência de ação política e estratégica, que se coloca no presente momento, é determinante (mais uma vez) para o futuro da cidade, do concelho e da região.

Corresponderá este orçamento a tal desígnio? Pensamos que fica aquém. Nalguns pontos muito aquém.”

Declaração de voto do grupo municipal do PSD-CDS (Sara Sardinha)

“Nos termos da responsabilidade política que assumimos para com a nossa comunidade, os deputados municipais do PSD/CDS-PP vêm manifestar o seu voto favorável ao orçamento municipal apresentado para o ano de 2025.

Temos plena consciência da importância de um orçamento que contemple as reais necessidades da nossa população e que seja estruturado de forma responsável, sustentável e com visão de futuro. O nosso voto favorável reflete o reconhecimento do esforço e do trabalho que foram dedicados ao planeamento financeiro para o próximo ano, que, estamos certos, contribuirão para o desenvolvimento do Concelho de Portalegre. É um orçamento que respeita o nosso compromisso eleitoral e que mereceu o voto dos portalegrenses.

Destacamos, especialmente, os investimentos em áreas essenciais como a educação, ação social e habitação social, infraestruturas, desporto e lazer e cultura, que consideramos prioritárias para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, não esquecendo a descida gradual de impostos, IMI e IRS, conforme assumido no programa eleitoral apresentado aos munícipes. Também valorizamos as medidas de apoio às empresas, especialmente no atual contexto económico, o que continuará a contribuir para a criação de emprego e o desenvolvimento económico sustentável.

Acreditamos que este orçamento representa um passo importante para garantir o crescimento contínuo e a inovação no nosso município, ao mesmo tempo que respeita os limites da responsabilidade financeira.

Reiteramos o nosso compromisso com o Concelho e com a população, sempre em busca de soluções que promovam o bem-estar de todos. Por isso, os eleitos do PSD/CDS-PP votam favoravelmente este orçamento, confiantes de que ele contribuirá para um melhor futuro da nossa comunidade.

O Grupo Municipal do PSD/CDS

18.12.2024”

21. Mapa de Pessoal do Município para 2025, aprovado em reunião extraordinária da CMP de 29.11.2024;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2025, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 29.11.2024. -----

22. Proposta para atribuição de apoio à Freguesia da Urra no valor de €190 000,00 para execução das obras de ampliação do cemitério de Urra, aprovada em reunião ordinária da CMP de 16.12.2024;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções e vinte e quatro votos a favor, aprovar a atribuição de apoio à Freguesia de Urra no valor de €190.000,00, para a execução das obras de ampliação do cemitério, conforme deliberação do órgão executivo tomada em sua reunião de 16.12.2024, conforme minuta que segue em anexo. -----

CONTRATO-PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO ENTRE:

O Município de Portalegre, pessoa coletiva n.º 501 143 718, com sede em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 28, 7300-186, Portalegre e endereço eletrónico município@cm-portalegre.pt, representado pela Senhora Presidente da Câmara, Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 de artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação vigente, e conforme deliberação em reunião da Câmara Municipal de _ / _ /2024, adiante também designado por Primeiro Outorgante;

E

Freguesia de Urra, pessoa coletiva n.º 506871908, com no sede Bairro dos Apóstolos Lote 32 - A, em Urra, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Jaime Alexandre da Silva Fitas, com poderes para o ato, adiante designada por Segunda Outorgante,

Considerando que:

Compete aos municípios apoiar as freguesias em matérias de interesse local, incluindo a execução de infraestruturas;

Se torna necessária a cooperação entre autarquias, concretamente para a celebração de contratos-programa, com vista à concretização de projetos de interesse comum;

A Freguesia de Urra necessita de apoio financeiro para a realização de obras de requalificação e Ampliação do cemitério, as quais são essenciais para garantir a dignidade e o bom funcionamento do equipamento público;

O Município de Portalegre reconhece o interesse público e a importância desta obra, comprometendo-se a financiar parcialmente o custo do projeto;

A alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro prevê a possibilidade da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, é celebrado o presente Contrato-Programa, nos termos e condições seguintes:

Cláusula 1.ª – Objeto

60

Ata n.º 22 – 18/12/2024

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presente contrato tem como objeto a atribuição, pelo Município de Portalegre, de um apoio financeiro à Freguesia de Urra no montante de €190.000,00 (cento e noventa mil euros), para a realização de obras de requalificação e ampliação do cemitério.

Cláusula 2.^a – Enquadramento Legal

O presente contrato é celebrado ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concedendo-se apoio à Junta de Freguesia em questão, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, concretizando um projeto de interesse comum em matéria de execução de infraestruturas e equipamentos de proximidade.

Cláusula 3.^a – Obrigações das partes

Obrigações do Município:

- Transferir à Freguesia de Urra o montante de €190.000,00, em parcela única.
- Monitorizar e acompanhar a execução do contrato, podendo solicitar à Freguesia relatórios periódicos de execução financeira e física da obra;
- Assegurar o apoio técnico necessário, caso solicitado pela Freguesia, para a boa execução das obras.

Obrigações da Freguesia:

- Aplicar integralmente a verba recebida na execução das obras previstas no cemitério da Freguesia de Urra;
- Elaboração do projeto e construção das edificações a concretizar no prazo máximo de dois anos;
- Garantir a conformidade das obras com as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Apresentar ao Município, no prazo de 90 dias após a conclusão das obras, os documentos comprovativos das despesas realizadas (faturas, recibos e contratos);
- Submeter um relatório final que detalhe a execução física e financeira da obra, evidenciando os benefícios para a população;
- Devolver ao Município eventuais saldos não utilizados ou montantes aplicados fora do objeto deste contrato.

Cláusula 4.^a – Financiamento e Pagamento

O financiamento de €190.000,00 será efetuado em parcela única.

Os montantes pagos que não sejam devidamente justificados no âmbito das obrigações da Freguesia deverão ser devolvidos ao Município no prazo de 30 dias úteis após notificação.

Cláusula 5.^a – Fiscalização e Penalizações

O Município reserva-se o direito de fiscalizar a execução do contrato, podendo:

- Solicitar, a qualquer momento, informações ou documentação sobre o estado das obras e a aplicação dos fundos transferidos;
- Visitar os locais das obras para avaliação do progresso e conformidade.

O incumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Freguesia poderá resultar:

- Na suspensão ou cancelamento das transferências financeiras;
- Na exigência de devolução total ou parcial dos montantes transferidos;
- Em responsabilidade civil e financeira, nos termos da lei.

Cláusula 6.^a – Vigência e Resolução do Contrato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e mantém-se válido até à apresentação e aceitação dos documentos de prestação de contas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 meses sem adenda escrita.

O contrato poderá ser resolvido unilateralmente pelo Município em caso de incumprimento grave pela Freguesia.

Cláusula 7.^a – Disposições Finais

Para efeitos de resolução de litígios emergentes deste contrato, as partes elegem o foro da comarca de Portalegre.

Feito em duplicado, ambos os exemplares com igual valor jurídico.

Portalegre, [Inserir data]

Pelo Município:

[Assinatura e identificação do Presidente da Câmara]

Pela Freguesia:

[Assinatura e identificação do Presidente da Junta]

Aprovação em minuta:

O senhor presidente de mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO:

=====

O senhor presidente de mesa indicou que iriam realizar um momento de convívio natalício para partilharem um pouco de bolo-rei, dentro do espírito da época que se atravessava. Convidou todos os presentes a juntarem-se na sala ao lado para o efeito.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, encerrada a 17.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02:15 horas do dia 19 de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei, desejando a todos um Feliz Natal e para as respetivas famílias, e, principalmente para quem teve a coragem de seguir a reunião até aquelas horas, em casa e no auditório da Câmara Municipal de Portalegre, e um especial agradecimento aos técnicos do município.-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

O/A Secretário/a

Ata n.º 22 – 18/12/2024